

> GOVERNANÇA DA INTERNET
para além dos espaços da ONU

> NETMUNDIAL MOSTRA QUE
multissetorialismo é possível

> REFLEXÕES SOBRE O FUTURO
da cooperação na Internet

poliTICS

Uma publicação do Instituto Nupef • agosto / 2014 • www.politics.org.br



NETmundial e Marco Civil

o protagonismo do Brasil na Internet em 2014

Índice

- >02 **Marco Civil, NETmundial e a modernidade do Brasil na Internet**
Virgílio A. F. Almeida
- >06 **A experiência do NETmundial**
Raul Echeberría
- >12 **NETmundial, um gol de placa**
Demi Getschko
- >14 **O encontro NETmundial na visão da APC**
APC
- >22 **NETmundial move a governança da rede para além da CMSI**
Milton Mueller
- >26 **NETmundial: divisor de águas na regulamentação da Internet?**
Wolfgang Kleinwächter
- >45 **Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas**
- >52 **Declaração de Montevideú sobre o futuro da cooperação na Internet**
- >55 **Declaração Multissetorial de São Paulo (NETmundial)**

poliTICs

EDITOR **CARLOS A. AFONSO** • COEDITORA DESTA EDIÇÃO: **MARÍLIA MACIEL**

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO **MONTE DESIGN**

VERSÃO ONLINE: **PAULO DUARTE** • TRADUÇÕES **RICARDO SILVEIRA**

Comitê Consultivo da poliTICs:

- > **Avri Doria** > **Carlos Affonso Pereira de Souza** > **Deirdre Williams** > **Demi Getschko**
- > **Graciela Selaimen** > **Jeremy Malcolm** > **João Brant** > **Louis Pouzin** > **Marilia Maciel**
- > **Mawaki Chango** > **Valeria Betancourt**

Na versão online da poliTICs há mais informações sobre cada um dos membros do nosso Comitê Consultivo.

Consulte <http://www.politics.org.br>



Rua Sorocaba, 219 | 501 - parte | Botafogo | 22271-110
Rio de Janeiro RJ Brasil | telefone +55 (21) 3259-0370

Apoio: _____



Esta é uma publicação do Instituto Nupef. Versão digitalizada disponível em www.politics.org.br e no sítio do Nupef - www.nupez.org.br | Para enviar sugestões, críticas ou outros comentários: politics@nupez.org.br

A tiragem das edições da poliTICs é pequena. Se quiser receber gratuitamente a edição impressa, envie um email a politics@nupez.org.br com seu nome, endereço completo incluindo CEP, e área de atuação.

Os originais foram compostos com OpenOffice 3.X e GNU/Linux



Publicado sob licença Creative Commons – alguns direitos reservados:



ATRIBUIÇÃO.
Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO-COMERCIAL.
Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

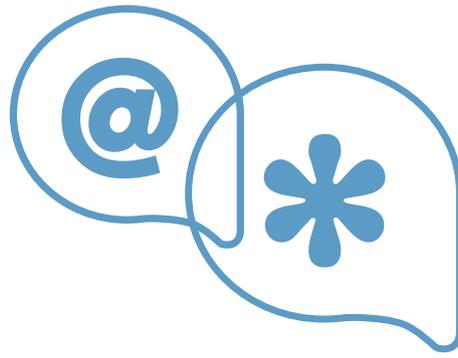


VEDADA A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS.
Você não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que você obtenha permissão do autor.

ISSN: 1984-8803

A poliTICs procura aderir à terminologia e abreviaturas do Sistema Internacional de Unidades (SI), adotado pelo Instituto Nacional de Metrologia do Brasil (Inmetro). Assim, todos os textos são revisados para assegurar, na medida do possível e sem prejuízo ao conteúdo, aderência ao SI. Para mais informação: <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/unidLegaisMed.asp>



Editorial

Esta edição da revista *PoliTICs* é dedicada ao NETmundial, o “Encontro Global Multissetorial sobre o Futuro da Governança da Internet”, realizado em abril, em São Paulo. Os textos que compõem essa edição fazem uma avaliação do processo de construção e dos resultados do NETmundial e discutem o seu significado político e estratégico.

Virgílio Almeida, coordenador do NETmundial, comenta a importância desse evento no âmbito dos atuais desafios para a governança da rede e destaca algumas experiências de sucesso no Brasil que podem ser apresentadas como contribuição ao debate global. Raúl Echeberría, por sua vez, faz uma reflexão sobre os aspectos que fizeram do evento uma experiência de sucesso, com enfoque no processo participativo e multissetorial que levou à elaboração do documento aprovado ao final do encontro.

Demi Getschko contextualiza o NETmundial, apresentando alguns dos seus desdobramentos e explicando a importância dos seus antecedentes, com destaque para a declaração de princípios para a governança da Internet adotada pelo CGI.br, documento que inspirou o discurso da Presidenta Dilma Rousseff na Assembleia Geral da ONU em 2013.

A Associação para o Progresso das Comunicações faz uma avaliação bastante completa do NETmundial. Do ponto de vista político, destaca a interrelação entre o NETmundial e o Fórum de Governança da Internet. Do ponto de vista substantivo, aponta os pontos positivos da declaração final e aqueles em que

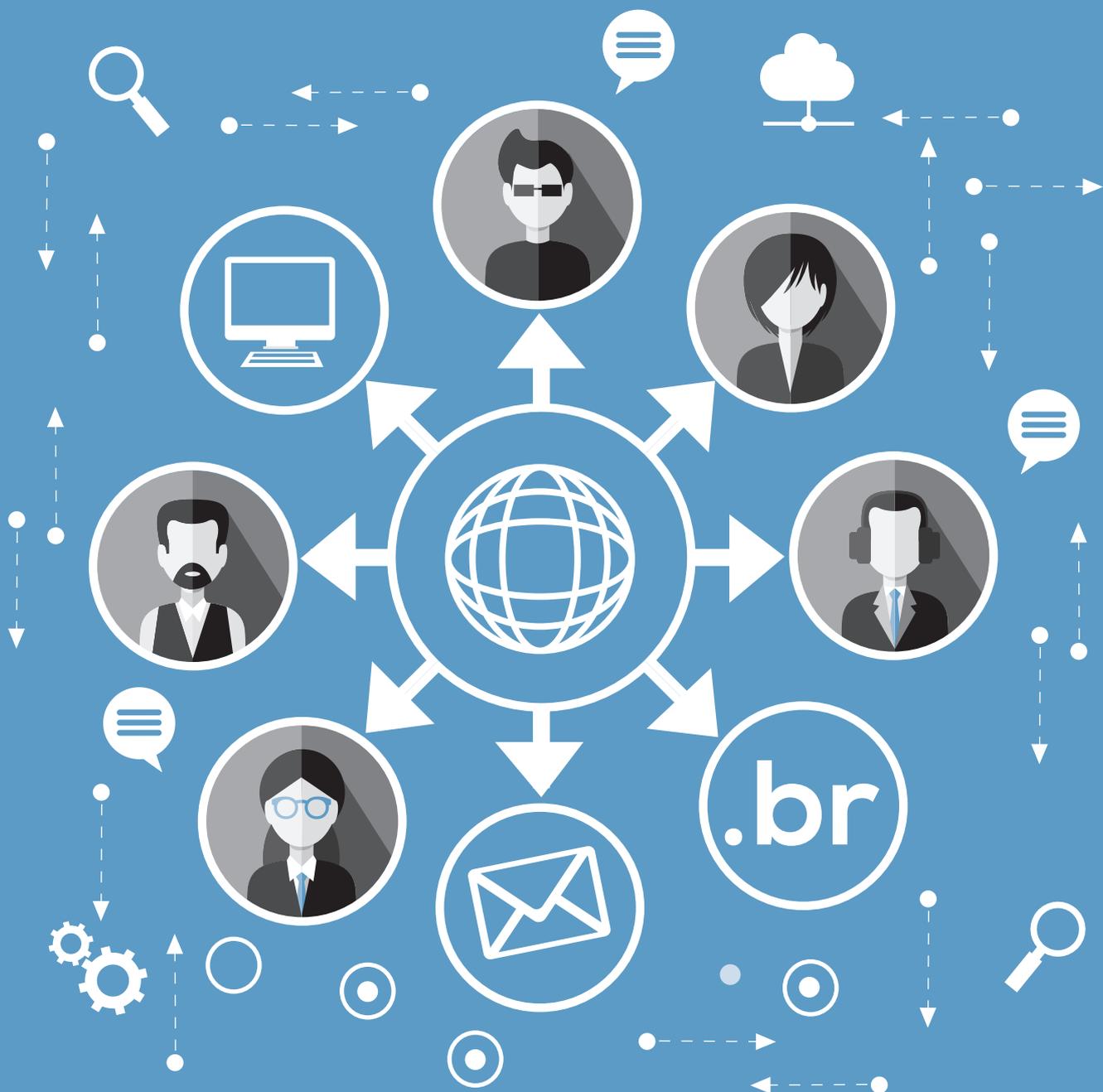
o documento poderia ter sido mais incisivo.

Já o texto de Milton Mueller traz uma avaliação dos avanços que o texto final do NETmundial traz em relação à Agenda de Túnis, aprovada na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), em 2005. Fechando a edição, Wolfgang Kleinwächter faz uma retrospectiva dos foros de discussão sobre governança da Internet no âmbito do sistema ONU, apontando as suas principais limitações, e analisa o significado do NETmundial, um “terceiro caminho” no complexo ecossistema de governança da Internet.

A edição inclui três documentos de referência: o discurso de Dilma Rousseff na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2013; a Declaração de Montevideu sobre o Futuro da Cooperação na Internet e a Declaração Multissetorial de São Paulo — o documento final do NETmundial.

Para além de seus avanços substantivos e do processo inovador pelo qual foi construído, o NETmundial representou uma aposta no diálogo, um momento de reconstrução da confiança e de busca de convergência em temas de interesse comum. O espírito colaborativo do NETmundial e as lições aprendidas são instrumentos valiosos para a construção de uma governança global multissetorial mais democrática, eficiente e inclusiva. Esperamos que essa publicação venha a contribuir com as reflexões sobre esse histórico evento.

Boa leitura! ●



Marco Civil, NETmundial e a modernidade do
Brasil na Internet

> **Virgílio A. F. Almeida** Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Em discurso na cerimônia de abertura da reunião da ICANN¹ em Londres, o ministro chinês para o ciberespaço apresentou alguns números da Internet na China, que indubitavelmente demonstram o papel central da Internet no mundo moderno.² São 600 milhões de usuários chineses, 1,2 bilhão de *smartphones* e mais de 20 bilhões de mensagens postadas por dia na China. O volume de transações de comércio eletrônico excede 1,7 trilhão de dólares, sendo responsável por mais de 10% do crescimento econômico da China. Subjacente a esse crescimento astronômico do ciberespaço, os países organizam-se para construir suas políticas locais e o arcabouço legal para a governança global e segurança da Internet. A política, a economia, o trabalho, o lazer e as relações interpessoais desenvolvem-se cada vez mais no ciberespaço, criado pela Internet. O ciberespaço é portanto chave estratégica para o desenvolvimento social e econômico de todos países.

O Brasil, sob a determinação da presidenta Dilma Rousseff, tem construído políticas de Estado para Internet, que dão a segurança necessária para o país desenvolver plenamente uma agenda digital, que criam condições novas para o crescimento econômico e social. A Internet com suas características inovadoras e sua capacidade de gerar riquezas deve necessariamente ser levada a todos os cantos do planeta, não somente aos países desenvolvidos ou às regiões mais desenvolvidas

dos países em desenvolvimento. A acelerada participação da Internet na vida das pessoas, no dia-a-dia das empresas e nas ações de governo mostram que a Internet deixou de ser apenas uma questão tecnológica e tem hoje um forte viés social, econômico e político, com impacto na vida das pessoas e no desenvolvimento das nações.

Com a crescente importância da Internet na política, nas relações internacionais e na economia, há uma tendência para a intensificação dos conflitos e disputas no ciberespaço. As grandes redes de comunicação, as empresas de Internet, as operadoras de telecomunicações e o sistema financeiro têm e terão interesses conflitantes permanentemente em disputa. As questões de impostos sobre os serviços globais na Internet estarão cada vez mais nas agendas das relações internacionais. As grandes empresas de Internet, como Google, Facebook, Twitter e outras, têm hoje um papel chave na sociedade brasileira, com mais de 100 milhões de usuários fazendo uso constante desses serviços, que embora privados, têm características notadamente públicas. Além disso, pairam no ar também as ameaças de guerras e conflitos internacionais no ciberespaço. Tudo isso aponta em uma direção: a necessidade de termos estruturas sólidas e políticas de Estado para a governança da Internet, com as características locais do Brasil, porém inseridas no contexto global da Internet.

1. Corporação de Internet para a Designação de Nomes e Números. Ver <https://www.icann.org> 2. Ver a transcrição em português da cerimônia de abertura do evento da ICANN, em 23 de junho de 2014, onde o ministro chinês Lu Wei refere-se ao NETmundial: <http://london50.icann.org/pt/schedule/mon-welcome/transcript-welcome-23jun14-pt.pdf>

O Brasil é moderno na Internet. Está na vanguarda da formulação e implantação de políticas públicas para a governança global da Internet. Políticas que valorizam modelos multiparticipativos, envolvendo governo e sociedade. O Marco Civil, o Comitê Gestor da Internet e o encontro NETmundial são iniciativas brasileiras que têm um amplo reconhecimento internacional. São exemplos concretos da modernidade brasileira no ciberespaço. O Comitê Gestor da Internet (CGI.br) funciona há quase 20 anos, seguindo um modelo de governança multissetorial, aberto e transparente, com a participação efetiva da sociedade civil, empresas, academia e governo. Esse arranjo tem sido reconhecido internacionalmente como avançado e apropriado para a Internet global.

A Lei do Marco Civil da Internet³, aprovada pelo Congresso e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff durante o NETmundial, estabelece princípios e garantias para o uso da rede no Brasil. O Marco Civil é o primeiro passo em direção a um arco de legislações sobre Internet no país. Ainda será necessário um decreto da presidenta para regulamentar aspectos específicos do Marco Civil. Novos projetos de lei virão. Um exemplo é o anteprojeto da Lei de Proteção de Dados Pessoais, que encontra-se em preparação pelo governo federal.

O NETmundial, que ocorreu em São Paulo em abril último, foi idealizado a partir do

discurso da presidenta Dilma Rousseff nas Nações Unidas no ano passado⁴, em resposta às denúncias de monitoramento e espionagem eletrônica das comunicações e da Internet pelo governo americano. Nesse discurso, a presidenta chama a atenção para necessidade de se discutir mecanismos globais de governança e uso da Internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados. A partir dessa determinação, o governo brasileiro, o CGI.br e várias organizações internacionais, como ICANN e outras, trabalharam na construção desse encontro multissetorial, o NETmundial, com o objetivo de se discutir a evolução da governança global da Internet. O balanço dos resultados foi claramente positivo. Ficou evidente a liderança do Brasil no assunto, confirmado pela expressiva presença de representantes de todos os setores envolvidos, num total de quase 1000 representantes de 110 países.

A Declaração Multissetorial de São Paulo, aprovada por amplo consenso nos momentos finais da reunião, apresenta sólidos princípios globais para governança da Internet e um roteiro de medidas para aperfeiçoamento do ecossistema global da Internet. O documento, o primeiro desse tipo aprovado internacionalmente por todos os setores, incluindo governos, enfatiza a gestão multissetorial da Internet, transparente e democrática, com o pleno envolvimento de governos, setor privado, sociedade civil, comunidades técnica

3. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm 4. O discurso completo está em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>

e acadêmica. O documento ressalta no entanto que os papéis e responsabilidades das partes interessadas no processo de governança devem ser interpretados de modo flexível, dependendo do tema em discussão. Por exemplo, nas questões que envolvem cibercrimes o papel predominante é dos governos. O documento aponta também os problemas causados pelo monitoramento em massa na Internet, por governos e empresas, e demanda respeito aos direitos humanos nessas questões.

Várias lições podem ser tiradas do processo de preparação do NETmundial. A primeira delas diz respeito à importância de preservar o caráter multissetorial em todas as frentes da organização de um evento dessa natureza. Como exemplo, no NETmundial os organizadores tiveram o cuidado de adequar o evento às especificidades das múltiplas partes envolvidas, como governos, organizações da sociedade civil, empresas e comunidades técnica e acadêmica. Outro aspecto fundamental foi o constante cuidado de se ter um processo de preparação aberto, transparente, participativo, inclusivo e multissetorial. Em termos práticos, observou-se a necessidade de melhorar os métodos de trabalho para ambientes multissetoriais, especialmente em relação aos procedimentos de tomada de decisão. O detalhamento de temas importantes, como a neutralidade de rede e jurisdição internacional para serviços da Internet, foram deixadas para discussões futuras. O NETmundial deve ser visto como um bem sucedido início de uma longa jornada para



encontrar soluções para os desafios que a expansão global da Internet apresenta.

Embora o NETmundial tenha sido uma discussão global, os valores locais, a cultura local e as condições locais são chaves para entender a amplitude desse debate sobre o futuro da Internet. Não podem ser ignorados. Na clássica obra de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo, o mítico personagem do romance, levanta a seguinte observação: “Não me assente o senhor por beócio. Uma coisa é por ideias arrançadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil e tantas misérias...” Pois isso nos ajuda a compreender a importância da formulação de regras para a governança da Internet. Regras que têm um caráter global, mas que não são estranhas às características locais dos países. E o Congresso Brasileiro, ao aprovar o Marco Civil da Internet, colocou as necessidades e aspirações da sociedade brasileira no devido lugar nas discussões sobre as regras globais da Internet. ●



A experiência do

NETmundial

> **Raul Echeberria** Vice-presidente de Compromisso Global da Internet Society, ex-diretor executivo do LACNIC desde sua criação até 2014, coordenou o Comitê Executivo do NETmundial com Demi Getschko.

Tanto o processo como o encontro do NETmundial realizado em abril de 2014 em São Paulo alcançaram um sucesso que superou as expectativas da maioria. Esta experiência constitui, provavelmente, a primeira vez que resultados concretos são produzidos internacionalmente em um fórum multissetorial (*multistakeholder*), abertamente e sem quaisquer mecanismos de negociação formais.

O NETmundial é um precedente muito importante que terá impacto não apenas na evolução da governança da Internet, mas provavelmente também influencia as maneiras com que outros temas são discutidos no cenário internacional. Neste artigo, vamos destacar os aspectos mais importantes que fizeram do NETmundial um sucesso e também os elementos mais importantes dos acordos.

:: O PROCESSO

A chamada para organizar um encontro no Brasil em abril de 2014, que mais tarde foi chamado NETmundial, foi um pouco surpreendente para a comunidade global da Internet. Ficou claro imediatamente o enorme desafio que significava. Tinha que ser organizado em um tempo muito curto um encontro aberto, multissetorial através de

mecanismos transparentes – e além de tudo obter resultados consensuais.

Um dos problemas que tivemos de enfrentar foi o de colocar em funcionamento uma máquina multissetorial sem um mecanismo pluralista já existente, com a responsabilidade de dar o primeiro impulso. Em tais casos, é importante ter alguém no local que tenha a confiança de todos para tomar algumas decisões. Esse alguém foi o Professor Virgilio Almeida, coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que, em estreita consulta com todas as partes interessadas, atuou com grande sucesso como garantidor final do processo.

Os anfitriões (o governo do Brasil e o CGI.br), bem como a ICANN em seu papel de coorganizadora foram responsáveis por fornecer as instalações e criar o ambiente necessário para a comunidade realizar discussões e chegar a conclusões.

Esta atitude de anfitriões e organizadores foi essencial para construir a confiança de todas as partes interessadas, e assim foi feito.

O Comitê Executivo do encontro foi constituído com a participação de todos os interessados em nível internacional e local de forma muito aberta e transparente. Um dos maiores êxitos do Comitê Executivo foi fazer do NETmundial um processo

interativo e construir tanto a agenda como os critérios de participação e os resultados com base em informações recebidas da comunidade. Ou seja, a partir das bases participantes (*bottom-up*).

Outro acerto foi não tentar recolher nos documentos finais todos os pontos de vista apresentados, mas trabalhar com o objetivo de identificar as visões comuns buscando o consenso. Muitas vezes os documentos produzidos em outros fóruns incluem todos os pontos de vista expressos no mesmo, ainda que não sejam objeto de acordo. A estratégia escolhida no NETmundial demonstrou ser muito positiva porque permitiu que se chegasse a consensos que resultaram realmente significativos.

Todo o processo mostrou a maturidade que o trabalho colaborativo alcançou entre os diversos pontos de interesse. A capacidade de reconhecer os consensos inclusive quando diferem das posições individuais, a disposição para a busca de novas alternativas que aproximassem as visões divergentes, a transparência nos debates, a integração de todo o processo (contribuições públicas, debates presenciais, trabalhos dos grupos de redação) e a disposição tanto dos grupos de redação como dos comitês (incluindo o de governos) de reunirem-se de forma aberta na presença de quem quisesse acompanhar, são elementos inovadores que marcam uma diferença significativa em relação aos mecanismos tradicionais de governança.

A participação comprometida dos representantes governamentais de acordo com as regras definidas constituiu também um aspecto relevante do processo preparatório e do próprio encontro.

Estes avanços nos fazem crer que a contribuição que todos fizemos na construção desses mecanismos inovadores vai muito além da governança da Internet. Provavelmente estamos a construir modelos que poderão ser amplamente utilizados.

:: OS RESULTADOS

O documento final do NETmundial é tremendamente positivo, e talvez somente dentro de mais algum tempo seremos capazes de apreciar o valor desta contribuição em toda sua dimensão.

Muito já se falou sobre os princípios relativos à Internet e à sua governança, mas esta foi a primeira vez que elaborou-se um texto concreto apoiado em amplo consenso. Só por isso o documento já seria histórico, mas na verdade os aspectos relevantes são vários outros:

a. O documento começa com o capítulo de Princípios de Governança da Internet, enfatizando o valor deste tema, e dentro do capítulo de Princípios o primeiro destaque é para a seção de Direitos Humanos e Valores Compartilhados. Para poder avaliar melhor o alcance disso lembremos que nos primeiros anos do Fórum de Governança da Internet (IGF) não foi possível

O documento final do NETmundial é tremendamente positivo, e talvez somente dentro de mais algum tempo seremos capazes de apreciar o valor desta contribuição em toda sua dimensão.



inserir a perspectiva de direitos humanos na agenda do fórum. A maturidade que o debate sobre governança da Internet alcançou globalmente permitiu não somente incluir este tema no documento do NETmundial, como mencioná-lo no lugar mais relevante do documento de consenso. No final da reunião houve algumas expressões de insatisfação com a não inclusão de um capítulo sobre neutralidade da rede. Mas mesmo não havendo uma seção específica, os conceitos que formam parte do debate sobre neutralidade permeiam todo o documento.

b. A seção sobre princípios dos processos de governança da Internet é muito relevante – menciona os aspectos mais importantes relativos a estes processos, melhorando muito textos anteriores, incluindo os da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), e acrescenta mais qualidade e conteúdo. Isto é uma consequência natural da evolução das discussões. Claramente o estado dos processos de governança da Internet em 2014 é muito diferente dos de 2005.

c. No capítulo que apresenta um roteiro para a evolução futura da Internet foi enfatizada a importância do IGF, a necessidade de continuar trabalhando em sua evolução e na sustentabilidade do fórum. Esta é uma validação significativa do esforço colaborativo internacional multissetorial

por mais de oito anos. Claramente o IGF segue sendo considerado pelos vários setores como um dos melhores instrumentos de colaboração e diálogo nesta área e é muito bom que haja essa constatação clara: de que não se trata de buscar alternativas, mas de seguir trabalhando no aperfeiçoamento desta ferramenta.

d. As discussões no NETmundial sobre a supervisão das funções IANA foram muito construtivas e valiosas. Foram estabelecidos princípios claros que devem constituir a base da busca de futuras formas de supervisão. Um dos aspectos mais relevantes no entanto é que os participantes do processo e do encontro NETmundial deram um lugar justo a este tema, atribuindo a ele a relevância adequada como uma peça a mais do quebra-cabeças que configura o cenário atual do debate sobre governança da Internet. Em síntese, as conclusões sobre este tópico foram positivas em vários sentidos.

e. Muitos dos participantes do NETmundial gostariam de ver nos documentos finais posições mais contundentes sobre o tema do vigilantismo na Internet. No entanto, a própria inclusão do tópico já deve ser considerada como um avanço significativo, especialmente tendo em conta o tempo relativamente curto entre as denúncias publicadas sobre vigilância na Internet na segunda

metade de 2013 e o NETmundial. A linguagem utilizada não é trivial, foram incluídos conceitos relevantes e valiosos como referência para as discussões nesse campo.

f. O documento faz um chamado muito claro ao desenvolvimento de abordagens multissetoriais para a governança da Internet em nível local. Esta evolução é fundamental para que estas abordagens incidam na formação de políticas públicas, que em grande medida ocorrem em âmbito nacional. Este é sem dúvida o grande passo que é preciso dar a curto prazo na evolução da governança da Internet – e o documento final do NETmundial reflete isso.

:: SÍNTESE

O NETmundial foi uma experiência muito exitosa apesar do curto espaço de tempo para organizar o encontro e todo o processo que o precedeu. O envolvimento e compromisso de todos os atores foi fundamental para o êxito do encontro. As lições aprendidas sem dúvida formarão parte da melhora de outros processos internacionais de discussão, como o IGF.

Esta primeira experiência de geração de consensos em um entorno pluralista aberto e sem mecanismos formais de negociação chegou a termo exitosamente com resultados muito significativos que seguramente influenciarão a continuação dos debates em outros fóruns. ●



> **Demi Getschko** diretor-presidente do NIC.br e membro do Comitê Consultivo da poliTICs. Foi coordenador do Comitê Executivo do NETmundial com Raúl Echeberria.



NETmundial, um gol de placa

No final de junho de 2014 foi realizada a quinquagésima reunião da ICANN¹, a primeira sediada em Londres. Como sempre, temas referentes à possível delegação para registro de novos nomes de domínio genéricos de topo (conhecidos no jargão da entidade como “gTLDs”) suscitaram polêmica e quentes debates, especialmente no Comitê Assessor Governamental (GAC) da entidade. O gTLD referente ao tema “vinho”, nas versões “.vin” e “.wine”, foi o embate da vez, resultando em disputas acirradas envolvendo especialmente o governo francês, apoiado por Espanha e Portugal.²

Mas em outro viés, mais amplo e certamente mais denso, ouviram-se muito os ecos e os reflexos do encontro internacional sobre governança da Internet que o Brasil sediou em abril, o NETmundial³. E a plateia acompanhou o discurso de um insuspeito e importante ministro da China⁴ que, em viva voz, afirmou que o NETmundial foi um sucesso claro, que houve amplo consenso entre os participantes e que a China endossava os documentos que resultaram do encontro – uma agradável surpresa e um fato concreto que aumenta substancialmente o valor dos resultados do encontro no Brasil.

1. Corporação da Internet para Designação de Nomes e Números. Ver <https://www.icann.org> 2. Sobre o assunto a secretária de Estado dos Assuntos Digitais da França, Axelle Lemaire, endereçou uma carta formal à ICANN contestando as práticas de aprovação de gTLDs da entidade – ver <https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/lemaire-to-icann-board-18jun14-en.pdf> 3. Ver <http://netmundial.br> 4. Lu Wei, ministro da Administração dos Assuntos do Ciberespaço da China.

É bom lembrar que o encontro foi certamente o primeiro a carregar marcantes características multissetoriais. Os mais de 850 participantes da reunião procediam de cerca de 110 países e os quatro setores dividiram o salão de forma muito equilibrada. Governos, empresas, terceiro setor, área técnica e academia participaram de forma praticamente equânime, tanto na geração do conteúdo enviado antes do evento, como na ocupação das cadeiras e dos microfones na reunião. Na leitura dos documentos finais, por sinal saudada com aplausos longos e enfáticos pelos presentes, apenas dois setores fizeram reparos. Do setor governamental, que contou com quase 100 países representados, apenas Rússia, Índia e Cuba usaram o púlpito para expressar reservas ao texto e indicar que com ele não concordavam. E vinda do terceiro setor, fartamente representado, houve uma manifestação de dissenso que, contanto haver elogiado o processo que gerou o documento, resolveu retirar seu apoio ao documento em si.

Dois documentos foram gerados no NETmundial: o que trata dos Princípios a serem defendidos para uma Internet aberta a todos, inclusiva e livre, e uma abordagem do que seria o “mapa do caminho” (*roadmap*) para evolução do ecossistema de gestão e governança da rede. O primeiro dos documentos é claramente uma consequência também de documentos e trabalhos anteriores, como é o caso do “decálogo” que o CGI.br gerou em 2009.

O conjunto de princípios do CGI.br teve reforço fundamental no discurso que a presidenta Dilma

fez na abertura da Assembleia Geral da ONU onde, além de explicitamente citá-los, instou outros países a trabalharem sobre o tema, buscando um consenso que independe de legislação internacional e se baseie em conceitos que possam ser ratificados pela comunidade internacional.⁵ Já o “mapa do caminho” pode ser identificado com a necessidade de progressiva e rápida desvinculação de algumas atividades de coordenação central, historicamente ligadas ao governo dos Estados Unidos, e assinaladas pela Declaração de Montevideu.⁶ Pode-se citar, por exemplo, o contrato que existe entre NTIA, IANA e a empresa Verisign⁷ para a manutenção e evolução do conteúdo da raiz de nomes de domínio da rede (servidores-raiz do DNS). Também nessa área os resultados parecem promissores, com o anúncio de que a NTIA pretende encerrar seu papel de “avalista” nas alterações que são solicitadas e executadas na raiz de nomes por meio da IANA.

Assim, em Londres vimos a China apoiando os Princípios da Internet, e a NTIA/EUA apoiando o “mapa do caminho” ao admitir uma transição em seu papel. Certamente há muito que comemorar, mas também há muito trabalho pela frente. Iremos a Istambul, a histórica Constantinopla, no crucial cruzamento do Ocidente com o Oriente, participar do nono Fórum de Governança da Internet da ONU⁸, com a esperança de que a Internet será mantida e aperfeiçoada no seu importantíssimo papel de unir povos, preservar culturas, disseminar ideias. Somos otimistas! ●

5. O discurso completo está em apêndice. 6. A Declaração de Montevideu sobre o Futuro da Cooperação na Internet está em apêndice. 7. A Agência Nacional de Informações de Telecomunicação, do Departamento de Comércio dos EUA, é contratante da ICANN para a execução das funções IANA – governança de nomes de domínio, números IP e protocolos de comunicação da Internet. Sobre a IANA, ver <https://www.iana.org> 8. Ver <http://www.intgovforum.org/cms/igf-2014-istanbul>

> **APC** Uma análise da Associação para o Progresso das Comunicações



O encontro NETmundial na visão da APC¹

:: DO IGF AO NETMUNDIAL E DE VOLTA

O encontro NETmundial foi um evento histórico notável e apreciamos a oportunidade de ter sido parte dele. Da perspectiva do futuro da governança da Internet, a APC acredita que é útil ver o NETmundial sob o prisma das conquistas e limitações do Fórum de Governança da Internet (IGF). Em resumo: o NETmundial foi possível por causa do êxito do IGF; e o NETmundial foi necessário porque o IGF não avançou o suficiente.

O IGF estabeleceu a legitimidade e factibilidade de uma plataforma comum para o debate de políticas públicas envolvendo governos, sociedade

civil, setor empresarial e outros. Se não fosse pelas relações de confiança criadas ao longo de anos de trabalho conjunto de diferentes grupos de interesse no IGF, o NETmundial em primeiro lugar poderia não ter ocorrido, e acreditamos que não teria êxito. Isto não significa que não há outros processos ou instituições multissetoriais significativos de governança da Internet, mas nenhum é mais diversificado ou inclusivo que o IGF.

O IGF não conseguiu avançar no estabelecimento de consenso sobre alguns temas centrais, como por exemplo os princípios para a governança da Internet. É aqui que o NETmundial, em uma

1. Associação para o Progresso das Comunicações. Ver <http://www.apc.org>

relação dinâmica com o IGF, preencheu o vazio. Produziu um resultado concreto, incluindo uma declaração de princípios para a governança da Internet e um roteiro para ir adiante.

No seu início o IGF funcionou bem como um encontro de pessoas de diversas instituições e ideias. Era pluralista no sentido que participantes vinham da sociedade civil, governos, empresas, academia e aqueles envolvidos no desenvolvimento e coordenação técnica da Internet, a “comunidade técnica”. Isso não se traduzia em inclusão plena em termos de gênero, diversidade geográfica, poder, riqueza ou perspectiva. Mas sentia-se que seria possível chegar lá. O que travou isso? Precaução, primariamente do lado do setor empresarial e da comunidade técnica, e também de certos governos. Esta cautela tinha duas fontes: 1- alguns atores sentiam que fazer com que o IGF lidasse com assuntos contenciosos tais como direitos humanos, internacionalização da ICANN ou o papel dos governos na governança da Internet, poderia levar a conflitos e dar um fim prematuro àquele espaço, então novo e experimental; 2- os atores que acreditavam que a Internet deveria ser desregulada ou autorregulada queriam impedir que o IGF chegasse a ser um espaço que poderia produzir recomendações capazes de influenciar políticas e regulação.

Apesar dessas tensões, e da minguante capacidade de seu secretariado, o IGF continuou a existir e

a gerar IGFs regionais e nacionais mundo afora. A falta de capacidade estrutural permanece um desafio significativo, principalmente como resultado de recursos financeiros e lideranças políticas insuficientes – que agravou-se com a saída de seu secretário executivo, Markus Kummer, e o assessor especial da ONU, Nitin Desai. Até hoje nenhum dos dois foi substituído.

Ainda assim, o IGF tem conseguido abrir novos caminhos pelos esforços de um pequeno mas dedicado secretariado, o Grupo Assessor Multissetorial (MAG), pelo apoio e leve supervisão do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UNDESA)² e, mais importante, pelo envolvimento de uma “comunidade” diversa e pluralista de indivíduos, organizações, empresas e governos que têm interesse na Internet e que moldam o IGF através de um processo de baixo para cima, de oficinas auto-organizadas.

Um erro comum é considerar o IGF como um processo isolado. Seu mandato, tal como indicado na Agenda de Túnis, deixa claro que essa nunca foi a intenção³. Em pelo menos duas ocasiões o IGF funcionou como uma plataforma para um debate explosivo, mas também efetivo, sobre temas vindos de fora de seus próprios processos: em 2011, quando a proposta da Índia, Brasil e África do Sul (IBAS/IBSA) de estabelecer um novo organismo da ONU para tratar da governança da Internet agitou o IGF de Nairobi, e em 2013, quando

2. Ver <http://www.un.org/en/development/desa/index.html> 3. Os dois pontos seguintes no parágrafo 72 da Agenda de Túnis diz que o IGF tem a tarefa de: “facilitar o discurso entre organismos que tratam de diversas políticas públicas transversais internacionais relacionadas à Internet e discutir temas que não são do âmbito de nenhum organismo existente; fazer a interface com as organizações intergovernamentais apropriadas e outras instituições sobre assuntos sob seu mandato.”

! A Declaração Multissetorial de São Paulo representa um progresso substancial para a governança da Internet orientada ao interesse público.

preocupações de muito tempo sobre o papel supervisor do governo dos EUA sobre a ICANN e IANA e as revelações de bisbilhotagem maciça das comunicações da Internet pela Agência Nacional de Segurança dos EUA (NSA) combinaram-se para produzir um bocado de drama – e debates excelentes – no IGF de Bali.

Que melhor palco poderia haver para a notícia de um evento amplo, orientado a resultados sobre o futuro da governança da Internet, co-organizado pelo governo de um país em desenvolvimento e a ICANN? O Brasil deixou clara sua visão sobre a espionagem maciça no pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff à Assembleia Geral da ONU em setembro de 2013. As organizações da sociedade civil relacionadas à Internet vinham apresentando claramente suas preocupações.

E, tal como sugerido pela Declaração de Montevideu⁴, publicada algumas semanas antes, a comunidade técnica – o núcleo estável da governança da Internet que sempre mantinha uma posição de defesa do status quo representada pela noção que “se algo não está quebrado, não tente consertar” – exigia mudanças.

Em resposta clara às revelações de Edward Snowden a Declaração de Montevideu expressou preocupação sobre “o debilitamento da confiança dos usuários da Internet a nível global devido às recentes revelações sobre monitoramento e vigilância generalizados” e fez um chamado pela aceleração do processo de globalização da ICANN e das funções IANA “em direção a um entorno no qual todos os atores, incluindo todos os governos, participem em pé de igualdade”.

Esses processos acabaram entrelaçando-se no caminho para o IGF e no evento em Bali em outubro de 2013 uma grande delegação do governo brasileiro discutiu a ideia do NETmundial em reuniões formais e informais com vários grupos de interesse. O diretor-executivo da ICANN e outros da comunidade técnica ocuparam-se igualmente dos diálogos, e o NETmundial, um novo caminho que romperia barreiras construtivamente para abordar velhos problemas capturou as energias e expectativas de todos.

O justo crédito precisa ser concedido à iniciativa individual, particularmente do diretor-executivo

4. Ver <https://www.icann.org/news/announcement-2013-10-07-en>

da ICANN, que procurou diretamente a presidenta do Brasil para que o país sediasse o evento. Mas o terreno já estava preparado. O Brasil já era um defensor de longa data da governança multissetorial da Internet e contestava a falta de uma efetiva inclusão de vozes e interesses de países em desenvolvimento na maioria desses processos. No nível nacional, o Brasil foi pioneiro dos processos multissetoriais de governança com a criação do CGI.br, a formulação de princípios comuns para a governança e uso da Internet e a sanção do Marco Civil.

Que o NETmundial foi um êxito tal como constatado, não significa que o IGF agora é obsoleto. Ao contrário, o encontro fornece lições e itens de agenda para que o IGF avance. O IGF pode contribuir para a efetiva realização dos resultados do NETmundial nos níveis global, regional e nacional. O IGF é também o melhor espaço para aqueles que não concordaram com a declaração do NETmundial, ou que colocaram em questão seu processo, expressarem suas preocupações e levarem adiante o debate em direção a resultados de políticas melhores e mais inclusivos.

:: AVALIAÇÃO DO PROCESSO E DA DECLARAÇÃO DO NETMUNDIAL⁵

Após o evento, a equipe e membros da APC fizeram esta avaliação crítica e construtiva do processo do NETmundial e seu documento de resultados.

Afirmando a Internet como um bem público: os ganhos e as lacunas

A Declaração Multissetorial de São Paulo representa um progresso substancial para a governança da Internet orientada ao interesse público. Ela reconhece a Internet como um recurso comum que deve ser gerido no interesse público. “Bem público”, ou o termo de Neelie Kroes, “recurso comum global, público”, teria sido preferível, mas este é, no entanto, um passo poderoso no sentido de proteger a Internet como um bem público.

Ligada a esta é a afirmação do valor da abertura e interoperabilidade, da “inovação livre de barreiras”, e da necessidade de apoiar o acesso público à Internet (uma das prioridades da APC). É decepcionante, no entanto, que a proteção contra a responsabilização dos intermediários tenha sido mencionada não como uma condição prévia para a proteção dos direitos, tais como a liberdade de expressão e de associação, mas como vinculada ao “crescimento econômico, a inovação, a criatividade e o livre fluxo de informação”. Há pouca dúvida de que este texto expressa o interesse da indústria do entretenimento. A APC acredita que esta abordagem abre a porta para exigir que os intermediários da Internet façam valer direitos de propriedade intelectual que interfiram com os direitos à liberdade de expressão e de acesso ao conhecimento.

O consenso não foi alcançado sobre a neutralidade da rede, ou o princípio do livre fluxo de informações

5. Ver <http://www.apc.org/en/pubs/association-progressive-communications-apc-statement>

e o fluxo não-discriminatório de pacotes de dados através da rede. Isto foi irônico, pois este princípio foi consagrado no Marco Civil da Internet, promulgado pela presidenta Dilma Rousseff durante a abertura do NETMundial. Reconhecendo que há interesses comerciais em jogo para evitar a inclusão de neutralidade da rede como princípio, a sua discussão também é complicada por diferentes definições do que o conceito significa, e de como ele se aplica em vários contextos. Um aspecto positivo é que o roteiro proposto no documento identifica a neutralidade da rede como um espaço para uma discussão mais aprofundada e esperamos que o Fórum de Governança da Internet (IGF) trate disso em futuro próximo.

O documento poderia ter mais referências sobre desenvolvimento, justiça social, integração das preocupações das pessoas dos países em desenvolvimento, e o papel que a Internet pode desempenhar para apoiar um mundo mais justo e sustentável. Citando o inspirador discurso de abertura de Nnenna Nwakanma: "A Internet está rapidamente tornando-se o meio dominante para a criação de riqueza. O 'direito ao desenvolvimento' deve incluir a justiça social. Não é o suficiente para fazer um 'reforço de capacidades' superficial para algumas pessoas. Precisamos de um mecanismo que permita a inclusão do maior número de pessoas a serem incluídas, o maior número de vozes a serem ouvidas, o maior grau de talentos para aceder à inovação, e o florescimento da

criatividade mais profunda da mente humana. Para isto, precisamos começar a considerar a Internet como um bem comum."

Os direitos humanos se aplicam off-line e on-line!

O NETmundial identificou os direitos humanos fundamentais como princípios centrais para a governança da Internet e afirma que os governos têm responsabilidade específica sobre a defesa e proteção dos direitos humanos individuais na Internet. Isso é louvável, mas acreditamos que a seção Roteiro do documento deveria levar em consideração aspectos de proteção dos direitos humanos específicos da Internet em maior detalhe - em particular, direitos necessários para garantir a liberdade de expressão e de associação na Internet, tais como o direito ao anonimato e o direito de usar criptografia.

Aprofundar a democracia na governança multissetorial da Internet

Um outro grande avanço no documento é o reconhecimento que a governança da Internet precisa ser democrática e multissetorial, e que o primeiro conceito não é necessariamente sinônimo do último. Ele identificou a necessidade de mecanismos que garantam a prestação de contas, revisão e reparação na governança da Internet, bem como para o equilíbrio de gênero nas discussões e tomadas de decisão.

A declaração do NETmundial vai positivamente além da Agenda de Túnis em seu reconhecimento de que os grupos de interesse não têm sempre papéis fixos, mas que esses “papéis e responsabilidades das partes interessadas devem ser interpretados de modo flexível em relação aos temas em discussão.” Isto abre caminho para uma discussão construtiva das funções específicas dos grupos de interesse em diferentes aspectos do ecossistema de governança da Internet, com referência aos temas e processos em discussão. Em outras palavras, em vez de discutir se os governos devem ter um papel ou não, podemos nos concentrar sobre que papel é este e onde e quando ele é mais necessário.

Vigilância em massa:

O elefante que saiu da sala

O mais decepcionante é que a vigilância em massa não foi condenada mais fortemente na versão final da declaração, e alguns dos participantes governamentais insistiram no último minuto que a frase “a vigilância em massa é fundamentalmente incompatível com o direito à privacidade e o princípio da proporcionalidade” fosse removida do documento.

Considerando que o evento surgiu da indignação após as revelações de Edward Snowden, e que a vigilância em massa foi citada como uma das principais preocupações nas contribuições

recebidas para a elaboração do documento, este fato pode ser melhor descrito como o elefante na sala que acabou sendo retirado – por forças bastante influentes – antes da conclusão do evento.

O documento afirma que “a vigilância arbitrária e maciça mina a confiança na Internet e no ecossistema de governança da Internet” e que a cooperação – forçada ou voluntária – entre governos e outros setores é tratada pela exigência de que a “captura e tratamento de dados pessoais por entidades estatais e não-estatais devem ser conduzidos de acordo com a legislação internacional de direitos humanos”, mas isso não resolve a proteção dos direitos individuais que são violados em caráter extraterritorial.

Também está incluído no texto um novo apelo aos Estados a partir da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2013 para a revisão dos “procedimentos, práticas e legislação relativas à vigilância de comunicações, a sua interceptação e captura de dados pessoais, incluindo a vigilância em massa, interceptação e cobrança, devem ser revistas, tendo em vista a defesa do direito à privacidade, garantindo a plena e efetiva implementação de todas as obrigações sob a legislação internacional de direitos humanos.” Isso proporciona uma abertura para a ação de acompanhamento que ativistas de direitos devem seguir com determinação.

Prestação de contas das funções IANA

É encorajador que a questão da prestação de contas no exercício das funções da Internet Assigned Numbers Authority (IANA) seja parte integrante das discussões sobre a transição dessas funções proposta pela National Telecommunications and Information Administration (NTIA) dos EUA. Aguardamos a continuação do processo assim que os termos dessa prestação de contas sejam publicados. Contamos com o desdobramento de um processo neutro para analisar a transição responsável da custódia das funções IANA com a plena participação de todos os intervenientes globais e com a devida consideração à importância da separação estrutural entre os níveis político e operacional.

O que foi evitado?

A ausência mais notável no documento do NETmundial, apesar de vários pedidos destacando o tema como uma preocupação relevante, é uma chamada para acabar com a crescente militarização da Internet. É evidente que esta é uma questão que deve ser levada em conta no âmbito do IGF.

NETmundial como um processo: saltos, lições e frustrações

Queremos expressar o nosso apreço pelo trabalho duro que a equipe organizadora dedicou ao processo NETmundial, em particular o CGI.br e o presidente do evento, Virgílio Almeida, Secretário de Políticas de Informática do Ministério da

Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil.

O NETmundial representa grandes saltos adiante para a tomada de decisão multissetorial, baseando-se nas práticas pluralistas desenvolvidas durante as oito edições do IGF, e fornece lições úteis para o futuro. Era necessário mais tempo e melhor planejamento para integrar contribuições – recebidos através de uma excelente plataforma online - para os documentos finais de resultado. Além disso, teria sido positivo usar o evento presencial para mais discussão e não para sessões de microfone aberto, o que acabou sendo uma repetição de muito que já tinha sido dito. A elaboração do documento final também poderia ter sido feito de uma forma mais sistemática, garantindo que as pessoas com o conhecimento necessário na área estivessem disponíveis para os coordenadores dos dois grupos de redação (Princípios e Roteiro).

Quando o texto pré-final estava sendo apresentado ao Comitê Multissetorial de Alto Nível, o processo de repente pareceu bastante familiar, já que no último minuto alguns governos insistiram em mudanças no texto, com supressões ou modificações de passagens consideradas menos confortáveis. Isso foi frustrante, mas entendemos que os representantes de governos são limitados por instruções de suas capitais ou por acordos existentes. Por outro lado, se quisermos aprofundar a democracia na governança global da Internet, precisamos encontrar maneiras de remover essas limitações ao finalizar um documento não vinculativo, uma vez que servem para restringir

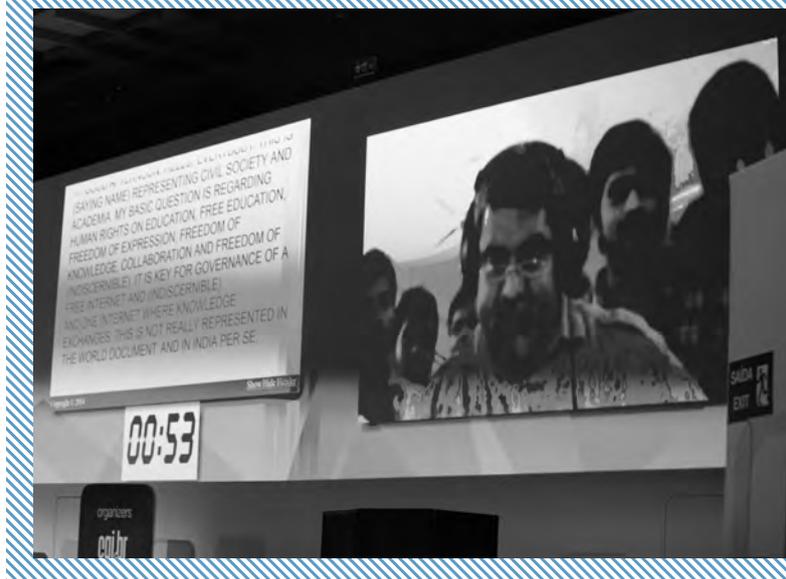
contribuições mais equilibradas e a influência de grupos de interesse.

Se os governos poderosos, cujos pontos de vista muitas vezes coincidem com os de alguns segmentos da indústria da Internet, puderem exercer um veto - ainda que informalmente - no último minuto, teremos um longo caminho a percorrer na direção de uma governança da Internet totalmente inclusiva e democrática. Processos intergovernamentais são muitas vezes criticados por produzir os melhores acordos de consenso com um mínimo denominador comum. Processos democráticos e pluralistas de tomada de decisão devem esforçar-se para evitar isso.

Que virá depois?

Há muito a comemorar. Um grupo bastante diverso de setores trabalhou em conjunto para produzir um documento que tem o potencial para criar uma abordagem mais robusta com foco em direitos humanos e orientada ao interesse público para as políticas e a gestão da Internet. O Governo do Brasil mostrou elegância, liderança e profundo comprometimento com processos inclusivos por estar disposto a um compromisso em uma série de questões, especialmente a neutralidade da rede.

A questão agora é: que virá depois? Como podemos avançar na implementação dos bons aspectos do documento NETmundial e como podemos fortalecer o IGF existente para desempenhar um papel neste processo?



O vigilantismo é o lugar óbvio para começar, com os governos respondendo ao chamado para rever a prática de coleta, processamento e monitoramento dos dados pessoais e garantir que esses processos em estejam em conformidade com as normas de direitos humanos, tais como os estabelecidos nos Princípios Necessários e Proporcionais⁶. Promover a conscientização das questões por trás do debate da neutralidade da rede é também uma tema prioritário, uma vez que é um ponto de partida valioso em uma série de desafios básicos para lidar com conflitos de interesse com a iniciativa privada e promover a Internet como um bem comum.

E, claro, não podemos descansar até que, como afirma a Declaração, tenhamos “oportunidades iguais e universais, acesso à Internet de alta qualidade e baixo custo”, de modo que todos possamos participar de forma mais equitativa no debate.●

6. Ver <https://pt.necessaryandproportionate.org/text>

IT'S NOT ABOUT HOW THE WEST IS THE ONLY ONE
OTHER IS CYBER-SECURITY.
I DON'T REALLY HAVE TIME TO TALK ABOUT THE
SHIFT OF THE POPULATION MUCH, BUT YOU CAN
SIMPLY IMAGINE WHAT HAPPENS TO THE GLOBAL
GOVERNANCE SYSTEM AS MORE AND MORE
NETIZENS ARE NOT IN THE WEST.
CYBER-SECURITY AND THE DEVELOPMENT OF
CYBER-WEAPONS AND CYBER-ESPIONAGE IS
ALTERING OF NATURE OF INTERNET GOVERNANCE.
IT'S ACTUALLY SURPRISING HOW LITTLE WE

Steve Ballmer

© copyright 2014



Global Multistakeholder
Meeting on the Future
of Internet Governance
NETmundial
São Paulo, Brazil | 23-24 April 2014

NETmundial move a governança da rede para além da CMISI

> **Milton Mueller** professor da Escola de Informação da Syracuse University, autor e especialista em temas da governança global da Internet.

O encontro NETmundial teve êxito em produzir um documento de resultados com legitimidade internacional. Entre os governos, apenas a Rússia, Cuba e Índia explicitamente distanciaram-se do resultado. Dada a velocidade com que o processo foi organizado e a necessidade de inovações de procedimentos para integrar os comentários de centenas de pessoas e fazer as modificações adequadas para o documento, devemos ficar impressionados com esta realização.

O conteúdo mais significativo da Declaração Multissetorial de São Paulo é a rejeição indireta (e às vezes direta) da Agenda de Túnis da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI).¹ Estamos agora em um mundo pós-CMSI, uma arena de governança da Internet que endossa explicitamente uma forma de governança multissetorial na qual agentes não governamentais têm uma paridade básica com os atores governamentais. De fato, enquanto alguns atores da sociedade civil ficaram desapontados e um pouco petulantes sobre as mudanças de último minuto na linguagem do texto relativa a temas como neutralidade da rede, responsabilização de intermediários e vigilantismo, essas críticas erram o alvo. O debate essencial não era sobre assuntos específicos de políticas (que de qualquer modo são na maior parte tratados no âmbito nacional), mas sobre uma abordagem abrangente em relação à

governança global da Internet, sobre a natureza do próprio “ecossistema”.

As mudanças centrais estão refletidas na seção sobre “princípios do processo da governança da Internet”. Aqui podemos ver claras diferenças entre o NETmundial e a CMSI. Conforme o NETmundial:

A governança da Internet deve ser construída através de processos democráticos multissetoriais, assegurando a participação significativa e responsável de todos os intervenientes, incluindo governos, setor privado, sociedade civil, a comunidade técnica, a comunidade acadêmica e usuários.

Em contraste, diz a Agenda de Túnis:

A administração internacional da Internet deve ser multilateral, transparente e democrática, com o pleno envolvimento de governos, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais.

A palavra “multissetorial” está presente na declaração do NETmundial, enquanto a palavra “multilateral” está ausente deste texto mas claramente presente na Agenda de Túnis. O NETmundial também rejeitou a definição da Agenda de Túnis de papéis segregados para os

1. Ver <https://www.itu.int/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.html>

participantes na governança da Internet. De acordo com o NETmundial:

Os respectivos papéis e responsabilidades das partes interessadas devem ser interpretados de modo flexível em relação aos temas em discussão.

Por outro lado, a Agenda de Túnis define papéis distintos, separados para estados soberanos, setor privado, sociedade civil e organizações intergovernamentais. Nestas definições, os estados são autoridades proeminentes e exclusivas na construção de políticas públicas:

A autoridade para assuntos de políticas relacionadas à Internet é direito soberano dos estados. Eles têm direitos e responsabilidades sobre temas de política pública internacionais relacionados à Internet.

Contraste a referência a “assuntos de políticas relacionados à Internet” na Agenda de Túnis com a declaração do NETmundial:

O desenvolvimento de políticas públicas internacionais relacionadas à Internet e os arranjos de governança da Internet devem permitir a participação plena e equilibrada de todas as partes interessadas de todo o mundo, e decididos por consenso na medida do possível. ... Qualquer pessoa afetada por um processo de governança da Internet deve ser capaz de participar desse processo. ...

A governança da Internet deve ser realizada através de um ecossistema distribuído, descentralizado e multissetorial.

No geral esta é uma grande vitória para o chamado “modelo multissetorial”. O único lugar onde a declaração do NETmundial refere-se explicitamente à Agenda de Túnis é de forma negativa sobre a armadilha conhecida como “cooperação aprimorada”. A Declaração Multissetorial de São Paulo diz:

A cooperação aprimorada, tal como referida na Agenda de Túnis para tratar de questões de política pública internacional referentes à Internet, deve ser implementada de modo prioritário e consensual. Levando em consideração os esforços do Grupo de Trabalho Sobre Cooperação Aprimorada da CSTD/ONU, é importante que todos os interessados comprometam-se a promover essa discussão de modo multissetorial.

Os defensores da soberania tinham a intenção de fazer da “cooperação aprimorada” um chamamento da Agenda de Túnis para avançar em direção a um novo papel para os estados na governança da Internet, de modo mais “equânime”, em contraposição à presença dominante dos EUA. Mas a linguagem era tão confusa que até hoje estamos tentando resolver seu significado depois de quase 10 anos. Na verdade, não é claro por que esta referência à cooperação aprimorada sobreviveu ao processo do NETmundial; vários comentaristas notaram que o termo não era

bem definido. Mesmo assim, o dano causado pela manutenção dessa expressão é minimizado pelo fato que a declaração faz um chamado para que o debate prossiga “de modo multissetorial”.

Em relação a temas específicos de políticas, como já notado, a Declaração de São Paulo já não é tão forte – há muita linguagem incentivando a atribuição de direitos e benefícios sem levar em conta como estes serão alcançados, e sua posição em assuntos controversos contém palavras evasivas que permitem certas concessões.

O Internet Governance Project (IGP)², com o apoio de vários operadores de ccTLDs³ e outros, conseguiu inserir na primeira versão do documento a proposta de separação estrutural na transição da IANA.⁴ A ICANN acionou seus consideráveis recursos para eliminar a proposta. Conseguiram em um primeiro momento, a proposta voltou a ser incluída, e o resultado final, como esperado, foi um compromisso frágil. Agora o documento diz apenas:

É desejável discutir a relação adequada entre os aspectos políticos e os operacionais.

A frase sobre “inovação livre de barreiras” é outro exemplo de um compromisso:

Para a conservação de seu dinamismo, a governança da Internet deve continuar a permitir a inovação livre de barreiras através de um ambiente

de Internet favorável, consistente com outros princípios deste documento.

O reconhecimento e validação da inovação livre de barreiras são bem-vindos, mas a expressão “consistente com outros princípios deste documento” foi a cláusula de escape para o lobby dos direitos de propriedade intelectual, que defendem a necessidade de permissão para qualquer coisa que se faça. Do mesmo modo, a declaração sobre vigilantismo diz:

A vigilância arbitrária e maciça mina a confiança na Internet e no ecossistema de governança da Internet.

A inserção da palavra “arbitrária” fornece a cláusula de escape para os EUA, a Inglaterra e outros defensores furtivos do vigilantismo, porque eles insistem que o que fazem tem alvos definidos e não é arbitrário.

Ainda assim, a Declaração Multissetorial de São Paulo muda significativamente o tom dos diálogos globais sobre governança da Internet, consolidando ganhos decorrentes da participação mais aberta de setores não estatais. O documento também provou que um processo relativamente aberto podia produzir um documento consensuado de resultados – uma lição que esperamos que o IGF da ONU de algum modo absorva. ●

2. Ver <http://www.internetgovernance.org> 3. Entidades de registro de nomes de domínio de país (ccTLD) [N.E.] 4. Ver <http://www.internetgovernance.org/pdf/ICANNreformglobalizingIANAfinal.pdf>



NETmundial: divisor de águas na regulamentação da Internet?

O encontro NETmundial foi um divisor de águas na regulamentação da Internet? A história há de dizer se a conferência de abril de 2014 em São Paulo foi o começo de uma nova era no território ainda não mapeado do ciberespaço sem fronteiras. A ideia do NETmundial como um todo, o encontro em si e a forma como está planejado o acompanhamento levaram a uma diferença marcante em termos do que temos visto nos últimos dez anos de discussões sobre a governança da Internet. Lançado no segundo semestre de 2013, o NETmundial produziu, em menos de seis meses, resultados razoáveis: uma proposta de Princípios da Governança da Internet e

um Roteiro para a Evolução Futura do Ecossistema de Governança da Internet.

:: NÃO HOVE PROGRESSO DE FATO NA ÚLTIMA DÉCADA

Desde a adoção da Agenda de Túnis em 2005 pela 2ª Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI/WSIS)¹ da ONU, a discussão sobre a governança da Internet não andou muito. Várias reuniões de vários comitês produziram uma série infundável de relatórios, sumários e artigos com boas reflexões, mas sem ação alguma. A Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

1. Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação, 18 de novembro de 2005. Ver <http://www.itu.int/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.html>

➤ **Wolfgang Kleinwächter** Professor de Regulamentação e Políticas Internacionais do Departamento de Mídia e Ciências da Informação da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, e membro do Conselho da ICANN.

(CCTD/CSTD), responsável pelo Acompanhamento da CMSI, vinha discutindo anualmente questões da governança da Internet e prestando contas ao Conselho Econômico e social da ONU (ECOSOC) e ao 2º Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU/UNGA). Por outro lado, a AGNU instruiu o CCTD a pesquisar melhor os dois principais desfechos da Agenda de Túnis: o Fórum de Governança da Internet (FGI/IGF) e o processo de cooperação aprimorada. Contudo, nem o pingue-pongue entre o CCTD e a AGNU, nem o processo CMSI+10, que começou em 2011², produziu inovações concretas ou resultados sustentáveis.

O CCTD implementou as resoluções da AGNU, entre outras, ao estabelecer dois grupos de trabalho: o Grupo de Trabalho do CCTD sobre a melhoria do FGI (2010 - 2012)³ e o Grupo de Trabalho do CCTD sobre a Cooperação Aprimorada (GTCA/WGEC, 2012 - 2014)⁴. Os dois grupos fizeram cerca de dez reuniões e elaboraram algumas centenas de páginas de relatórios e recomendações. O material é útil, mas faltam-lhe decisões práticas acerca de projetos. E o GTCA não foi capaz de chegar a um consenso rudimentar sobre um conjunto de recomendações não vinculantes.

Desperdiçando tempo e energia, a discussão nos vários comitês costumava se perder na interpretação de termos isolados nos documentos da CMSI, como "cooperação aprimorada", "papeis respectivos" ou "em pé de igualdade". O debate se ocupou de questões mais abstratas relativas aos governos

serem mais iguais do que outros atores, aos tratados multilaterais serem mais importantes do que os acordos entre múltiplas partes ou a uma terceira CMSI ser melhor do que uma reunião ministerial da CMSI em 2015. Houve jogos de palavras entre a Declaração de Genebra da CMSI de 2003 e a Agenda de Túnis para encontrar argumentos em prol da instauração de órgãos intergovernamentais para a Internet, que foram rejeitados pelos partidários da abordagem multissetorial. As questões técnicas foram politizadas, a soberania nacional foi "redescoberta" e a polêmica mais escolástica "multilateralismo X multissetorialismo" impediu maiores progressos. O debate andou em círculos e não fez nenhuma contribuição construtiva para encontrar soluções para as novas questões da Internet que surgem na década de 2010.

O lado bom foi que os governos não são mais a única voz nos grupos de trabalho multissetoriais da CCTD. Mas os atores não governamentais desses grupos não tiveram o poder de agir sem o consentimento dos governos. E no CCTD, no ECOSOC e na AGNU, somente os governos têm poder de voto. Após dez anos de discussões sobre a governança da Internet nesses órgãos da ONU pode-se concluir que há pouca vontade política por parte dos governos para sanar as diferenças, chegar a um consenso e prosseguir.

Independentemente das 56 recomendações do Grupo de Trabalho do CCTD para a Melhoria

2. CMSI+10 é gerida pelo Grupo da ONU para a Sociedade da Informação (UNGIS) que tem como membros apenas organizações intergovernamentais do Sistema ONU. Ver <http://www.ungis.org> 3. Ver <http://www.unctad.info/en/CstdWG> 4. Ver <http://unctad.org/en/Pages/CSTD/WGEC.aspx>

do IGF⁵, o próprio IGF está mais ou menos igual ao que era em 2006. As reuniões do Grupo Assessor Multissetorial (MAG) estão se tornando um trabalho rotineiro. As Coalizões Dinâmicas do IGF não são tão dinâmicas quanto se havia previsto. Falta pessoal na secretaria. Faltam verbas para todo o processo. E é quase um milagre que, independentemente das óbvias dificuldades e falhas do IGF, as reuniões anuais consigam mobilizar uma grande quantidade de participantes engajados, o que se torna, por outro lado, um forte argumento a favor da ideia básica de um IGF multissetorial.

A demanda por resultados mais concretos do IGF se repetiu ano a ano mas ninguém até agora propôs um mecanismo funcional capaz de evitar que o IGF se torne um órgão de negociação e contudo concorde com projetos práticos. Mesmo as ideias mais leves de montar um Observatório de Governança da Internet ou uma Câmara de Compensação da Governança da Internet sob o guarda-chuva do IGF continuam sem se realizar.

Não há argumento contra o IGF. Pelo contrário, o IGF tem demonstrado sua utilidade. É bom ter um IGF multissetorial como um *órgão que estimule a criação de diretrizes para a Internet*. Ele precisa se fortalecer, e seu mandato precisa ser renovado. Porém, dez anos após Túnis, e contra um pano de fundo de mudanças rápidas no ecossistema de governança da Internet, não seria ruim ter (acima do IGF ou vinculado a este) também um *mecanismo*

de formação de políticas para a Internet que seja multissetorial, onde os atores possam descobrir como lidar com questões políticas, econômicas, culturais, sociais e legais concretas da Internet.

Em outras palavras, nesta década decorrida desde Túnis, não se conquistou nenhum avanço realmente inovador na governança da Internet. Em 2004, o ex-Secretário Geral da ONU Kofi Annan disse ao Grupo de Trabalho sobre a Governança da Internet (GTGI/WGIG) que é necessário inovar não só na tecnologia como também nas políticas. “Ao gerirmos, promovermos e protegermos a presença [da Internet] nas nossas vidas, precisamos ser talvez mais criativos do que aqueles que a inventaram”, disse Kofi Annan, e acrescentou: “É claro que precisamos de governança, mas isso não quer dizer que ela precise ser feita da maneira tradicional, para algo que é tão diferente”.

Para adentrarmos territórios inexplorados, precisamos de soluções incomuns, de criatividade e de inovação. Duas décadas atrás a ICANN surgiu como inovação de políticas no mundo da Internet. Dez anos atrás a inovação de políticas do momento era o IGF. Mas onde está a inovação de políticas da Internet nos dias de hoje? Será o NETmundial?

:: UM AMBIENTE DE GOVERNANÇA DA INTERNET EM MUDANÇA

Para descobrir isso, precisamos primeiro observar as novas realidades no ambiente de governança da

5. Ver <http://www.unctad.info/en/CstdWG>

Internet no meio da década de 2010. Os desafios de hoje são bastante diferentes dos problemas de políticas da Internet de dez anos atrás:

▶ A quantidade de usuários da Internet triplicou desde 2005, de 1,2 bilhões para quase 4 bilhões, e a maioria desses novatos vem dos países em desenvolvimento;

▶ Regiões carentes, como o Sudeste Asiático, a África Sub-Saariana, o Mundo Árabe ou as Ilhas do Pacífico vivenciam um aumento brusco de conexões com a Internet ligadas principalmente ao aprimoramento das comunicações móveis;

▶ Em 2005 o debate sobre a governança da Internet era dominado pelos EUA, pela União Europeia e pela China. Atualmente, novas potências da Internet, como o Brasil, a Índia, a Rússia, a África do Sul, a Coreia, o Irã, os Emirados Árabes Unidos, a Arábia Saudita e outros entraram na cena global das políticas de governança da Internet;

▶ Em 2005, as questões de políticas ligadas às redes sociais ou aos mecanismos de busca não tiveram peso na elaboração da Agenda de Túnis. Hoje, têm importância central, e temos ainda mais problemas com o uso dos “smartphones”, com as Nuvens e com a Internet das Coisas.

▶ Em 2005, assistimos a um renascimento das empresas baseadas na Internet que sofreram com a explosão da bolha das “.com” em fins da década de 1990. Em 2015, esses atores do setor privado

■ Para adentrarmos territórios inexplorados, precisamos de soluções incomuns, de criatividade e de inovação.

terão crescido, tornando-se negócios de bilhões de dólares, dominando mercados globais e afetando as políticas públicas no âmbito mundial. E a maioria dos gigantes dessa “nova economia nova” vem dos EUA (Google, Facebook, Yahoo, Amazon, Apple, Microsoft, AT&T, Verizon, Cisco etc) e da China (Baidu, Alibaba, Sina, Weibo, Lenovo, China Mobile, Huawei etc).

▶ Já se reconhece que a Internet está profundamente ligada aos direitos humanos, particularmente ao direito à liberdade de expressão e o direito à privacidade. Isso estimulou o Conselho para os Direitos Humanos da ONU a adotar (2012) uma resolução que declara que os indivíduos têm os mesmos direitos offline e online, bem como decisões jurídicas, particularmente da Corte Europeia de Justiça (Luxemburgo) e da Corte Europeia para os Direitos Humanos (Estrasburgo).

▶ Já se reconhece que a Internet é um lugar de importância estratégica para a segurança nacional. A luta contra o crime cibernético, o terrorismo cibernético e a guerra cibernética torna-se um elemento crucial na formulação de políticas nacionais e internacionais. Isso já gerou discussões sobre vigilância cibernética, espionagem cibernética e armas cibernéticas que se refletem parcialmente no 1º e no 3º Comitês da Assembleia Geral da ONU bem como em órgãos como a OTAN, a OSCE, o Conselho da Europa, os BRICS e o Grupo de Xangai.

▶ A Internet torna-se mais importante nas negociações do comércio via Internet, conforme vimos no fracasso do projeto ACTA⁶ e veremos nas negociações em torno da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)⁷, da Parceria Transpacífica (TPP)⁸ e do Acordo de Comércio de Serviços (TiSA)⁹ onde questões como a proteção à propriedade intelectual, aos dados pessoais e à diversidade cultural no ciberespaço terão um papel a desempenhar.

▶ Em 2005, o risco de uma fragmentação da Internet era muito mais uma questão de linguagem. Em 2015, os esforços para fragmentar a Internet têm motivação política. Aumenta a quantidade de países que tentam renacionalizar a Internet introduzindo legislação específica, levantando *firewalls* nacionais e controlando a distribuição de conteúdo na Internet. Isso se reflete, dentre outras, na proposta

(malfadada) feita por um grupo de países (que incluem a China, a Rússia e a Arábia Saudita) para introduzir o conceito de “segmento nacional da Internet” no Regulamento das Telecomunicações Internacionais durante a Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (CMTI/WCIT) da ITU em Dubai (2012)¹⁰.

▶ A gestão dos recursos críticos da Internet, como servidores raiz, protocolos de Internet, nomes de domínio e endereços IP, que dominaram a discussão sobre a governança da Internet no processo da CMSI há dez anos, mostrou-se ineficiente. No início da década de 2000, não houve internacionalização dos nomes de domínio (IDNs) e foram poucos os domínios genéricos de primeiro nível (gTLDs). A transição de IPv4 para IPv6 foi lenta. Há apenas 13 servidores raiz, 10 dos quais sediados nos EUA. E o sistema estava cheio de furos de segurança. Em 2015, os iDNs (nomes de domínio internacionalizados) e quase mil novos gTLDs estão disponíveis, a transição para IPv6 acelerou-se, há mais de 380 servidores raiz distribuídos pelo mundo (utilizando o método de espelhamento Anycast) e a certificação DNSSEC melhorou bastante a segurança na infraestrutura da Internet.

▶ Quando o processo CMSI começou em 2002, a ICANN estava sob a supervisão do governo dos EUA através de um Memorando de Entendimento (MoU) e do contrato da IANA¹¹.

6. Ver <http://en.wikipedia.org/wiki/ACTA> 7. Ver http://en.wikipedia.org/wiki/Transatlantic_Trade_and_Investment_Partnership 8. Ver http://en.wikipedia.org/wiki/Trans-Pacific_Partnership 9. Ver http://en.wikipedia.org/wiki/Trade_in_Services_Agreement 10. Ver <http://www.itu.int/en/wcit-12/Pages/default.aspx> 11. Ver <https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/icann-mou-1998-11-25-en>

O Comitê de Assessoria Governamental da ICANN (GAC)¹² tinha menos de 50 membros e não havia nenhuma estrutura de representação dos usuários em geral (usuários “at-large”, no jargão da ICANN). Dez anos depois, a ICANN vem demonstrando maturidade ao lançar programas como os iDNs, os novos gTLDs e o DNSSec. Em 2009, tornou-se parcialmente independente do governo dos EUA através da Afirmação de Compromisso (AoC)¹³. A ICANN abriu representações formais em Istambul e Cingapura e cerca de dez escritórios espalhados pelo mundo. Em março de 2014, o governo dos EUA anunciou sua intenção de encerrar o contrato da IANA. O GAC agora tem 136 membros e quase 200 associações “at-large” (agrupadas na ALAC da ICANN) estão credenciadas, muitas das quais participaram da 2ª Cúpula de Usuários da Internet em junho de 2014 em Londres.

► Novos atores de todas as origens entraram no ecossistema de governança da Internet como a OCDE, Conselho da Europa, OSCE, Grupo de Xangai, BRICS, Global Network Initiative (GNI), Fórum Econômico Mundial (FEM/WEF), Câmara Internacional de Comércio (ICC/BASIS), Access, Human Rights Watch, Repórteres Sem Fronteiras e outros.

► Nos últimos dez anos, o ecossistema de governança da Internet sofreu mudanças

fundamentais. Há novos problemas, novas prioridades e novos atores. A gestão dos recursos críticos da Internet ainda é complicada, mas o debate está dominado pelas questões de políticas públicas relacionadas com a Internet, tais como segurança internacional, desenvolvimento sustentável, criação de empregos, inovação e direitos humanos, bem como os temas relacionados de infraestrutura, acesso, crime cibernético, guerra cibernética, controle de conteúdo, vigilância em massa, privacidade, liberdade de expressão, propriedade intelectual, e-comércio, neutralidade da rede e outros.

Como vamos lidar com todas essas questões e com todos esses desafios? O sistema ONU é o lugar certo para negociarmos soluções? Quais são as alternativas?

:: O ECOSISTEMA DE GOVERNANÇA DA INTERNET: UMA FLORESTA TROPICAL VIRTUAL?

Uma importante conclusão dos últimos dez anos é o reconhecimento de que a governança da Internet não pode ser um sistema hierárquico, com uma única instância decisória (intergovernamental) no topo da pirâmide. O que temos é um ecossistema de governança da Internet, onde há diferentes modelos de governança específicos para cada

12. Ver <https://gacweb.icann.org/display/gacweb/Governmental+Advisory+Committee> 13. Ver <https://www.icann.org/resources/pages/aoc-2012-02-25-en>



assunto e onde diferentes atores governamentais e não governamentais trabalham lado a lado e dependem do trabalho de outros em um sistema descentralizado e escalonado de responsabilidades compartilhadas.

Do ponto de vista técnico, o sistema inteiro vem funcionando de maneira incrivelmente flexível, permitindo um crescimento de quatro milhões para quatro bilhões de usuários no prazo de 20 anos, estimulando o desenvolvimento econômico e ampliando as liberdades individuais. Com o IPv6, passam a existir endereços IP em quantidade suficiente para zilhões de indivíduos, instituições e objetos. Com os programas iDN – e gTLD –, há uma

quantidade de nomes de domínio suficiente para todos em qualquer língua. Os servidores raiz e os Pontos de Troca de Tráfego estão distribuídos por todo o globo e o DNSSec aumentou a segurança do sistema de nomes de domínio para qualquer pessoa que esteja enviando um email ou visitando um sítio na Internet. Esses argumentos são bastante fortes, para concordar com Vint Cerf, um dos pais da Internet, que vem repetindo nos últimos dez anos que “se não está quebrado, não precisa consertar”.

Entretanto, isso é apenas meia verdade. Em cima dessa estrutura funcional, existem novos riscos, ameaças e oportunidades cada vez maiores para o mau uso, o que pode exigir respostas melhores.

O problema aqui é que a “gestão” da Internet e o “controle” da Internet são coisas distintas, ainda que bastante interligadas. A gestão dos recursos técnicos da Internet, feita principalmente por técnicos programadores, tem implicações políticas. E é possível encontrar soluções políticas, que são discutidas por legisladores, independentemente da infraestrutura técnica subjacente. Terá importância a maneira como alguns atores governamentais e não governamentais compreendem a natureza dessa complexidade do ecossistema de governança da Internet.

A Internet não é uma “questão única” que precisa de regulamentação de uma forma ou de outra, como a Antártica ou o espaço sideral. A Internet, com sua evolução ao longo de mais de meio século, penetrou todas as áreas da vida política, econômica, cultural e social no mundo inteiro. Constitui o ambiente de hoje onde os indivíduos e as instituições vivem e aprendem, realizam seus negócios, compram e vendem, fazem amor e se divertem, e desempenham todo tipo de atividade individual ou coletiva. A vida sem a Internet é, entretanto, impensável, especialmente para gerações mais jovens.

O ecossistema de governança da Internet pode ser parcialmente comparado com o de uma floresta tropical. Na floresta de verdade, uma quantidade incalculável de plantas e animais distintos convivem em um sistema muito complexo. Na “floresta virtual”, também temos uma diversidade infundável,

crescente, de redes, serviços, aplicações, regimes e outras propriedades que coexistem, colaboram, contradizem-se e entram em conflitos.

Uma coisa que pode ser aprendida é que não se pode gerir a floresta tropical como um todo. Ela não pode ser regida nem controlada, mas pode ser danificada ou destruída. No ecossistema de governança da Internet, muitos atores com status jurídico bastante diferente operam em várias camadas, em níveis local, nacional, regional e internacional, impulsionados pela inovação técnica, pelas necessidades do usuário, pelas oportunidades de mercado e pelos interesses políticos. Isso já produziu uma ampla gama de regimes regulatórios, corregulatórios ou autorregulatórios que complementam ou conflituam uns com os outros. O sistema como um todo é descentralizado, diversificado, escalonado e não tem autoridade central. Entretanto, dentro de vários subsistemas, existe uma ampla e inacreditável variedade de submecanismos que variam desde estruturas hierárquicas sob um único controle intergovernamental até redes não hierárquicas baseadas em mecanismos autorregulatórios por grupos não governamentais com uma ampla gama de arranjos corregulatórios no intervalo onde atores afetados e preocupados dos governos, da iniciativa privada, da sociedade civil e da comunidade técnica estão trabalhando ombro a ombro.

Não existe uma “bala de prata” que acabe com o problema de uma vez por todas, nem uma solução única “para todos os casos”. A forma específica de cada subsistema precisa ser elaborada em conformidade com as necessidades bem específicas e a natureza da questão individual. Num mecanismo assim, a legislação tradicional dos países e os acordos intergovernamentais continuam a ter o seu papel, mas precisam estar embutidos no ambiente multissetorial mais amplo enquanto novos mecanismos emergentes precisam levar em conta e reconhecer os marcos e as regulações existentes nos vários níveis. O princípio de “não fazer mal” torna-se agora mais importante do que nunca. Significa que, faça o que faça na Internet um ator governamental ou não, precisará levar em consideração as consequências diretas ou indiretas sobre terceiros não envolvidos bem como os efeitos colaterais não pretendidos para o sistema como um todo.

Tal coexistência competitiva de regimes e mecanismos tão distintos cria oportunidades, mas também tem seus riscos. Há oportunidades incríveis para novos mecanismos, plataformas e serviços trazerem mais dinâmica para estratégias políticas, ações sociais e desenvolvimento de mercados. Essa coexistência competitiva é capaz de estimular a inovação, promover a criação de empregos, aumentar todos os tipos de atividades culturais e ampliar o uso das

■ O desafio é encontrar mecanismos flexíveis para uma melhor comunicação, coordenação e colaboração tanto formal quanto informal entre os vários atores nas diferentes camadas

liberdades individuais para o público em geral tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. Mas existe também o risco de diferenças entre regimes e sistemas criarem polêmicas e produzirem conflitos pesados que incluem a ameaça de inibir a inovação, prejudicar o desenvolvimento sustentável, reduzir as liberdades individuais e poluir o ecossistema de governança da Internet de forma que algumas partes acabem sendo afetadas ou destruídas.

O desafio é encontrar mecanismos flexíveis para uma melhor comunicação, coordenação e colaboração tanto formal quanto informal entre os vários atores nas diferentes camadas, para permitir que todas as partes interessadas possam desempenhar seus respectivos papéis em pé

de igualdade sem discriminação, dentro de um mecanismo baseado no respeito mútuo e em freios e contrapesos democráticos em um sistema funcional e reconhecido de responsabilização.

Para manter seguro, estável e não fragmentado esse crescente ecossistema de governança da Internet, são necessários esforços de todas as partes afetadas, algo como uma “coalizão arco-íris” onde, independentemente do seu status jurídico, peso econômico ou poderio político, os atores trabalhem lado a lado e compartilhem princípios, programas, responsabilidades e capacidade decisória.

:: OS LIMITES DO APARATO DA ONU NA GOVERNANÇA DA INTERNET

Para o aparato da ONU ora existente, com seus procedimentos fixos, é praticamente impossível reagir adequadamente a uma complexidade crescente como essa e a um ambiente que não para de evoluir. Isso não quer dizer que organizações intergovernamentais e o sistema de tratados multilaterais sejam irrelevantes para a Internet. Eles continuarão desempenhando um papel importante no ecossistema mais amplo da Governança da Internet. Os procedimentos e instrumentos tradicionais têm seus méritos, mas também têm seus limites. A diplomacia da Internet do Século XXI precisa ir além dos mecanismos do Século XX. O que se faz necessário é uma inovação

política que Kofi Annan convocou dez anos atrás e que reflete essa nova complexidade da Governança da Internet.

Uma mostra das limitações do mecanismo existente foi a Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais (WCIT/CMTI)¹⁴ em 2012 em Dubai. Em seus 150 anos de história, a UIT adotou todas as decisões por consenso dos seus estados membros. O plano de atualizar os Regulamentos de Telecomunicações Internacionais (RTI/ITR) de 1988 em 2012 não conseguiu atingir consenso. Os 193 estados membros da UIT não conseguiram entrar num acordo e somente 89 governos assinaram os novos RTI.¹⁵

Outro exemplo é a Convenção do Crime Cibernético de Budapeste de 2001.¹⁶ Quase todos os governos concordam que faz-se necessário um esforço para lutar contra os criminosos e os terroristas no ciberespaço. Porém, apenas 53 estados assinaram a Convenção de Budapeste. Muitos estados membros da ONU buscam um instrumento alternativo na Assembleia Geral, onde uma convenção sobre segurança cibernética proposta pelo governo da Federação Russa está pendente há mais de dez anos sem progredir em nada.

Quais são as consequências desse consenso intergovernamental capenga? Se os governos não conseguem chegar a um acordo entre si no âmbito das organizações multilaterais como a ONU, OMPI, OMC, UIT ou mesmo o GAC da

¹⁴. Ver <http://www.itu.int/en/wcit-12/Pages/default.aspx> ¹⁵. Ver <http://www.itu.int/en/wcit-12/Pages/itrs.aspx> ¹⁶. Ver http://en.wikipedia.org/wiki/Convention_on_Cybercrime

■ Existe um diálogo cibernético bilateral entre EUA e China. E os dois presidentes, Obama e Xi, discutiram muito as questões da segurança cibernética na sua reunião de cúpula em junho de 2013

ICANN, eles partirão para ações unilaterais ou acordos bilaterais e os hiatos entre os governos seguirão aumentando.

Isso vale particularmente para os governos das duas superpotências da Internet, os Estados Unidos da América e a República Popular da China. Os EUA ratificaram a Convenção de Budapeste; a China não. A China assinou os RTI; os Estados Unidos não. O governo americano publicou algumas declarações unilaterais sobre políticas da Internet, desde os Princípios sobre os Nomes de Domínio e o Sistema de Endereçamento da Internet¹⁷ em 2005 até a recente declaração da NTIA sobre a transição da IANA em 2014.¹⁸ O governo chinês,

que recentemente estabeleceu um novo ministério para os Assuntos do Ciberespaço, adotou todo um conjunto de regras e procedimentos nacionais para a Internet. Os dois governos publicaram estratégias nacionais unilaterais sobre a segurança cibernética e propuseram seu próprio conjunto de princípios. Para os EUA, a prioridade máxima é uma "Internet livre"; para a China, uma "Internet limpa".

Será que existe alguma possibilidade de que sejam construídas pontes entre as duas posturas? Uma comparação entre os princípios propostos e os documentos normativos mostra a profundidade dessa lacuna entre as posições de cada governo. Há elementos em comum sim, mas há muito mais diferenças. Existe um interesse comum de manter a Internet estável e segura, de assegurar a segurança cibernética e de manter as portas abertas para o florescimento global do e-comércio. Existe até um interesse comum em torno de uma Internet não fragmentada. Mas tudo isso cai na penumbra diante dos conflitos, que se arraigam em diferentes sistemas de valores. Se os lados falam de "segurança nacional no ciberespaço", ambos têm uma compreensão bastante diferente quanto ao que isso quer dizer na realidade e o que se faz para chegar lá. Trata-se de um conflito filosófico porém bastante político de "livre X limpa" ou "direitos humanos individuais X harmonia social coletiva" que dificulta concessões por parte de ambas as superpotências da Internet.

17. Ver <http://www.ntia.doc.gov/other-publication/2005/us-principles-internets-domain-name-and-addressing-system> 18. Ver <https://www.icann.org/stewardship>

O lado bom disso é que as duas partes conversam. Existe um diálogo cibernético bilateral entre EUA e China. E os dois presidentes, Obama e Xi, discutiram muito as questões da segurança cibernética na sua reunião de cúpula em junho de 2013.¹⁹ Isso pode ajudar a evitar uma guerra fria cibernética. Mas ainda existe muito caminho a ser percorrido até que ambos ajam em conformidade com o que tem se falado.

:: O NETMUNDIAL COMO UM TERCEIRO CAMINHO?

Outra consequência desse consenso capenga é a força que se faz na direção de novas coalizões entre os governos que pensam de forma semelhante e os atores não governamentais. O “resto do mundo”, obviamente, está pouco motivado para “multilateralizar” as políticas de Internet das duas superpotências da rede. As políticas da China nunca conseguiram apoio global, nem mesmo entre muitos dos membros do G77. E após as revelações de Snowden, a frustração cresceu ainda mais em torno do papel do governo dos Estados Unidos sobre as políticas da Internet, incluindo os aliados ocidentais na Europa, Canadá, Austrália e Japão, que compartilham o valor de uma Internet baseada nos direitos humanos.

Até agora, a ideia do NETmundial preencheu um nicho que vem crescendo, ao oferecer algo parecido com um “um terceiro caminho”.

O NETmundial ocupou um espaço vazio em um quadro onde a frustração crescente com o mau comportamento de alguns governos confrontou-se com a necessidade de manter a dinâmica existente do ecossistema de governança da Internet aberta, livre, segura e baseada nos direitos humanos. A ideia do NETmundial veio permitir que os atores da Internet, inclusive governos, deixassem de fazer uma escolha entre a vigilância dos Estados Unidos e a censura da China. E também permitiu um afastamento dos debates conduzidos dentro do sistema ONU, que só fazem gastar tempo e energia.

O NETmundial demonstrou que uma cooperação multissetorial em pé de igualdade é factível. O NETmundial surgiu a partir de um processo de baixo para cima, aberto e transparente. O NETmundial foi um desfecho orientado. E o NETmundial estimulou ações concretas: desde a adoção de um conjunto universal de Princípios da Governança da Internet até o lançamento de um Roteiro para a Evolução Futura do Ecossistema de Governança da Internet que inclui a globalização da IANA e da ICANN.

Para que se compreenda a filosofia do NETmundial, é importante lembrar seu histórico. O processo foi detonado pelas revelações de Edward Snowden no verão de 2013 e começou com dois eventos no segundo semestre de 2013: a fala da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, diante da 68ª Assembleia Geral da ONU em Nova York

19. Ver <http://www.nbr.org/research/activity.aspx?id=367>

e o encontro das chamadas organizações I* em Montevidéu, em outubro.²⁰

Em Nova York, a presidenta do Brasil, que foi o alvo da vigilância da NSA, descreveu o fato como um “caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas as atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional do meu país.” Ela disse: “Fizemos saber ao governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão... As tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados. Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países.” E propôs que se estabelecesse um “um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam.”²¹

Exatamente duas semanas depois, as organizações I* argumentaram em Montevidéu de forma semelhante à da presidenta brasileira em Nova York: “Para que se aproveite o pleno potencial da Internet, é preciso que haja uma regulação responsável, capaz de propiciar, ao mesmo tempo, liberdade de expressão, segurança e respeito aos direitos

humanos. A Internet e a World Wide Web trouxeram grandes benefícios em termos de desenvolvimento social e econômico para o mundo todo. E ambas foram construídas e regidas em prol do interesse público através de mecanismos exclusivos para a cooperação multissetorial no âmbito da Internet, o que tem sido intrínseco ao seu sucesso.”²²

A fala de Dilma Rousseff e a declaração das organizações I* apontam para a mesma direção, pois destacam a necessidade de um marco regulatório global que garanta os direitos humanos e a segurança, para recuperar a confiança e manter a Internet aberta, livre, estável e não fragmentada. Entretanto, houve também uma diferença na linguagem usada: a presidenta Rousseff falou de “multilateralismo” e as Nações Unidas, e as organizações I* sobre “multissetorialismo” e o ecossistema de governança da Internet.

Uma semana após Montevidéu, a presidenta brasileira se encontrou com o presidente da ICANN em Brasília. Ambos descobriram que não há contradição nas duas terminologias quando consideradas em contexto mais amplo. No ecossistema de governança da Internet, os tratados multilaterais continuarão sendo importantes, mas eles estão embutidos no ambiente multissetorial onde, além dos governos, também a iniciativa privada, a sociedade civil, a comunidade técnica e acadêmica irão desempenhar cada qual o seu papel.

20. As chamadas organizações I* incluem IETF, ICANN, RIRs, IAB, ISOC e outros grupos técnicos do ecossistema de governança da Internet. Ver <https://www.icann.org/news/announcement-2013-10-07-en>

21. O discurso da presidente Dilma Rousseff na Sessão de Abertura da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas está em apêndice.

22. A Declaração de Montevidéu sobre o Futuro da Cooperação na Internet está em apêndice.

Não existe um modelo único para a governança da Internet. A comunidade precisa aprender a encontrar a resposta correta para muitos desafios individuais no mundo da Internet com base em cada caso, através de um processo de desenvolvimento de políticas que seja inclusivo, aberto, transparente, e que venha de baixo para cima.

O desfecho dessa conversa presidencial foi a ideia de convocar um “Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet” que em pouco tempo passou a ser conhecido como NETmundial. Em outras palavras, o NETmundial construiu essa ponte sobre a “controvérsia dos ismos” estudando mais a fundo a complexidade das questões de políticas públicas relacionadas com a Internet.

O processo preparatório do NETmundial tem dois componentes interrelacionados: um arcabouço institucionalizado e um processo aberto e transparente de discussões que vem de baixo para cima.

A discussão começou durante o 8º IGF em Bali, em outubro de 2013, com várias consultas entre grupos de atores de todos os cantos do mundo. Em Bali, a resposta geral foi positiva. A maioria dos participantes do IGF compartilhava a impressão de que há uma necessidade de partir de reflexões para ações e de que algo precisa ser feito após a revelação de Edward Snowden. Não havia entusiasmo algum para reciclar planos antigos de um “Conselho Intergovernamental para a Internet”, conforme

tinha sido proposto por alguns governos durante a Cúpula da CMSI em Túnis no ano de 2005. O espírito de Bali não se guiava pelo desejo “de voltar atrás”. A ordem do dia era “partir em disparada” e explorar ainda mais o território virgem dos processos multissetoriais. E a ideia do NETmundial foi vista como uma oportunidade para o próximo “passo em disparada”.

Um dos pontos-chave da discussão girou em torno de como será o envolvimento “por igual” dos vários atores envolvidos no processo. Num encontro entre Fadi Chehadé, da ICANN, o comitê organizacional brasileiro e representantes da sociedade civil, houve sólido apoio ao NETmundial, mas houve também uma mensagem bastante clara de que a sociedade civil quer ser incluída em pé de igualdade. A sociedade civil deixou claro que um NETmundial sem uma sociedade civil forte seria uma farsa, e também que rejeitaria qualquer processo de cima para baixo ou acordos realizados a portas fechadas entre governos e a iniciativa privada.

Dentro de um prazo relativamente curto, os vários grupos envolvidos conseguiram formar um arcabouço institucional para o NETmundial que criava um mecanismo capaz de trazer os vários atores num processo estruturado de comunicação, coordenação e colaboração. Foram formados quatro órgãos:

- ▶ um Comitê Multissetorial de Alto Nível, responsável por conduzir a articulação política

e incentivar o envolvimento da comunidade internacional;

- ▶ um Comitê Executivo Multissetorial, responsável por cumprir a pauta, elaborar o formato do encontro e convidar participantes, buscando igualdade de participação dos grupos de interesse;

- ▶ um Comitê de Logística e Organização, responsável por orientar todos os aspectos logísticos do encontro, inclusive divulgação na mídia, comunicações internacionais, projeto e gestão do portal Web, conscientização, local do encontro, estratégia de financiamento dos deslocamentos, segurança e participação remota; e

- ▶ um Comitê de Assesores Governamentais, envolvendo todos os representantes governamentais que participaram e contribuíram para o encontro.

Os quatro principais grupos de atores (governos, iniciativa privada, sociedade civil e comunidade técnica) envolveram-se em pé de igualdade, mas reconheceram cada qual seu papel específico. Os comitês foram formados pelos próprios grupos de atores através de processos abertos e transparentes,

o que deu aos grupos a legitimidade necessária.

E serviram para organizar as contribuições de suas comunidades para o processo de preparação do documento final. O NETmundial tornou-se algo parecido com uma carruagem com quatro cavalos marchando juntos na mesma direção. Parecia uma “quadrilha romana”.

O modelo “Quadrilha de Governança da Internet” funcionou para a discussão. Diferentemente do encontro da ICANN onde os interessados faziam fila atrás de um microfone principal para participar da discussão, o ambiente na sala de conferência do NETmundial fornecia quatro microfones onde os representantes dos quatro setores perfilavam-se para fazer suas declarações de dois minutos cada. E o presidente da sessão gerenciou uma distribuição equilibrada de tempo de fala entre as quatro filas.²³

Este modelo “Quadrilha de Governança da Internet” também funcionou bem para o processo decisório. Acolheu 186 propostas oriundas de todas as partes do mundo. Permitiu um acordo relativo à pauta para uma reunião de dois dias e o esboço de um documento contendo 15 páginas, estruturado em duas partes principais – uma seção

²³. Ver a palestra do Ministro do Exterior da Alemanha, Frank Walter Steinmeier, na abertura da EuroDIG, Berlim, 12 de junho de 2014. “Pela Pasta do Exterior da Alemanha, meu colega Dirk Brengelmann foi a São Paulo. Ao voltar, o Embaixador Brengelmann contou-me uma história sobre o funcionamento da conferência. Ele disse: “Quando estávamos montando o documento final a partir das várias partes, todos tiveram voz, todos tiveram voz. Todos tiveram voz verdadeiramente igualitária, fossem engenheiros de software, empresários, pessoal de ONGs ou do governo, porque todos os participantes tinham de fazer fila para falar ao microfone para fazer qualquer declaração. E todos tiveram o mesmo tempo de fala: exatamente dois minutos. Agora, eu pergunto: você consegue imaginar uma Reunião de Cúpula da OTAN onde um ministro precise esperar numa fila para falar depois de um militante dos direitos humanos? Ou uma reunião do G20 onde um presidente entre na fila para falar ao microfone? Ou, de fato, será que você consegue imaginar um político qualquer que fale apenas durante dois minutos? Você consegue imaginar uma coisa dessas? Eu não consigo. E mesmo que conseguisse, tenho certeza que o pessoal do meu protocolo iria me encher a paciência... A Internet é diferente. Ela é, e deveria mesmo ser, um espaço livre, seguro e aberto. É por isso que usamos esse termo bastante técnico: modelo multissetorial.” http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Infoservice/Presse/Reden/2014/140612-BM_EuroDIG.html?nn=555306

para os Princípios da Governança da Internet e outra para o Roteiro para a Evolução Futura do Ecossistema de Governança da Internet. Esse esboço foi publicado antes da conferência e gerou mais de mil comentários, permitindo que o Comitê Multissetorial de Alto Nível, numa reunião aberta e transparente, chegasse a um consenso, ainda que rudimentar. O documento acabou sendo adotado por aclamação de todos os participantes. Ressalvas foram feitas apenas por quatro governos.

Mas isso não significa que o processo todo tenha sido perfeito. Algumas partes não acharam que suas posições originais tenham ficado adequadamente refletidas no documento final. Houve lobby de última hora, exercido por poderosas corporações privadas e alguns governos. Houve também esforços para resolver alguns problemas através dos tradicionais meios diplomáticos de “toma-lá-dá-cá a portas fechadas”. A sociedade civil não ficou satisfeita com a linguagem usada nos quesitos neutralidade e vigilância. O governo russo não ficou satisfeito com o texto relativo à segurança cibernética. A iniciativa privada não ficou satisfeita com os parágrafos sobre privacidade.

O fato de que todas as consultas e o esboço do texto tenham sido feitos em ambiente aberto e transparente com participação igualitária dos representantes de todos os grupos interessados criou um desfecho final bastante equilibrado, que deixou a todos, por assim dizer, igualmente

insatisfeitos. Até agora, a Declaração Multissetorial de São Paulo representa o consenso rudimentar do momento, ao manter o processo aberto a melhorias nos anos vindouros.

:: PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA DA INTERNET

Uma parte fundamental do documento final do NETmundial foi a seção sobre os Princípios da Governança da Internet. A discussão em torno desses princípios remonta à década de 1990, quando o ex-Comissário da UE Martin Bangemann propôs uma “Carta de Comunicação Global”. Os princípios de governança da Internet tornaram a ser discutidos no contexto da CMSI, embora a Agenda de Túnis não tenha introduzido nenhum regulamento específico para a Internet. O Fórum de Governança da Internet (IGF) tornou-se o lugar para a continuação do debate, principalmente através da Coalizão Dinâmica de Direitos e Princípios da Internet do IGF. No início da década de 2010, organizações intergovernamentais como o G8, o Conselho da Europa, a OCDE, o Grupo de Xangai e outras organizações não governamentais como a Global Network Initiative (GNI) da iniciativa privada, a Associação para o Progresso das Comunicações (APC) – associação de entidades civis de âmbito global –, e as organizações I*, de cunho mais técnico, adotaram declarações sobre os princípios de governança da Internet.

Até 2013, mais de 25 documentos diferentes com princípios acerca da gestão da Internet andavam circulando. Isso resultou numa confusão e na “compra de princípios”, onde os atores simplesmente escolhiam os princípios de que gostavam para justificar seu comportamento no espaço cibernético. O ponto fraco de todos esses princípios e documentos foi o fato que contaram com o apoio de um só grupo de interessados ou tinham abrangência limitada por geografia e por substância. Nenhum dos mais de 25 documentos era universal ou multissetorial.

No 8º IGF em Bali (2013), os principais patrocinadores das várias declarações – OCDE, Conselho da Europa, governos da Rússia, China e Índia, CGI.br, APC, I* e GNI – estavam sentados em uma das mesas. Entretanto, não se chegou a um acordo sobre como “globalizar” e “multissetorializar” o processo de formação dos princípios para a governança da Internet.

O que o IGF não conseguiu foi conquistado pelo NETmundial: um consenso, ainda que rudimentar, abrangendo todos os grupos participantes. A Declaração de São Paulo resume, em oito princípios com 17 subparágrafos, a essência dos mais de 25 documentos anteriores. Ela conseguiu “globalizar” e “multissetorializar” o documento final.

O Preâmbulo do Documento de São Paulo declara que os princípios não são juridicamente

vinculantes. Vale lembrar nesse contexto que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 tampouco é um documento juridicamente vinculante. Tornou-se uma importante fonte de referência por contar com amplo apoio de todos os cantos do espectro político nos anos pós-2ª Guerra Mundial. O documento de São Paulo reflete consenso semelhante na era da Internet. Nunca houve na história da governança da Internet um documento com apoio político tão amplo, tanto da parte de governos quanto da parte de atores não governamentais. Independentemente de sua natureza jurídica, esse documento constitui uma base com critérios que permitem uma mensuração e avaliação das políticas de bom ou mau comportamento no espaço cibernético. Não existe mecanismo para levar um malfeitor a um tribunal internacional da Internet, mas o documento do NETmundial permite um processo de “nomear e envergonhar” caso um governo, uma empresa ou usuário conflitar com os seus princípios.

Se um governo vier a restringir acesso ao Twitter ou Facebook, ele pode ser “nomeado e envergonhado” por violar o Princípio 1.1 (liberdade de expressão). Se um ou outro governo negociar um tratado a portas fechadas para regular assuntos da Internet, os envolvidos poderão ser “nomeados e envergonhados” por violação ao princípio 7.3, que trata da transparência. Se uma empresa ignorar as leis de proteção dos dados, ela poderá ser

“nomeada e envergonhada” por violação ao direito à privacidade (princípio 1.3). Se alguém quiser mudar a arquitetura aberta da Internet, esse alguém poderá ser “nomeado e envergonhado” por violação do princípio 4 (espaço unificado e não fragmentado) e o princípio 6 (arquitetura aberta e distribuída) que declara que a Internet deve acolher a natureza “de ponta a ponta” da Internet aberta.²⁴

:: E DEPOIS?

O NETmundial conseguiu criar um modelo multissetorial? Sim e não. Não, porque não existe e não haverá um único modelo multissetorial de governança da Internet. Mas a resposta também pode ser afirmativa pois o NETmundial introduziu alguns elementos novos que foram além das tentativas anteriores de dar vida a uma abordagem multissetorial.

A Agenda de Túnis definiu o que é governança da Internet e recomendou que todas as partes interessadas compartilhassem princípios, programas e processos decisórios na futura evolução e uso da Internet. Desde então, já vimos algumas formas diferentes de abordagem multissetorial:

▶ No seguimento da CMSI (CMSI +10, CCTD da ONU etc), todos os interessados, tanto

governamentais quanto não governamentais, estão envolvidos, mas, no final das contas, os governos são quem decide. Um processo assim é multissetorial sob liderança governamental.

▶ Na ICANN, também vemos o envolvimento de todas as partes interessadas, mas os governos participam nos processos da ICANN apenas como assessores. No final das contas, quem decide é o Conselho da ICANN, onde os governos estão representados por um conselheiro sem direito a voto. Um processo assim é multissetorial sob liderança da iniciativa privada.

▶ No IGF, todas as partes interessadas estão envolvidas em pé de igualdade, mas o IGF não tem poder decisório.

Até agora, o NETmundial acrescentou um componente importante. Foi, acima de tudo, um processo de discussão, assim como o IGF, mas produziu resultados tangíveis. Envolveu todas as partes interessadas, como a CMSI e a ICANN, mas tratou-as no processo decisório como iguais. Isso é uma inovação.

O processo decisório no NETmundial foi diferente do processo decisório intergovernamental dentro da aparato da ONU, mas também foi diferente dos processos da ICANN.

24. Ao longo dos anos, a Declaração não vinculante dos Direitos Humanos tornou-se um instrumento político altamente respeitado. Se um governo tortura prisioneiros, censura a mídia ou restringe a liberdade de ir e vir, vários grupos de ativistas dos direitos humanos do mundo inteiro imediatamente fazem referência aos artigos pertinentes da Declaração. É interessante lembrar também que não houve consenso total quando a 3ª Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração dos Direitos Humanos em dezembro de 1948. Foram 48 estados membro votando sim, enquanto 8 expressaram suas ressalvas e se abstiveram de votar, dentre os quais a União Soviética, a Ucrânia, a Iugoslávia, a então racista África do Sul e a Arábia Saudita.

Houve negociações em torno da linguagem, como num órgão da ONU, mas a linguagem não foi só negociada no seio dos governos como também produzida por um comitê multissetorial num ambiente aberto. Por outro lado, houve um processo de desenvolvimento de políticas (PDP) de baixo para cima e aberto como na ICANN, mas as decisões foram tomadas por um comitê onde os governos eram membros em pé de igualdade (e não apenas assessores). As decisões no NETmundial não foram tomadas por voto como em um órgão da ONU ou do Conselho da ICANN, mas através de um consenso primário. A maneira como as RFCs²⁵ estão aparecendo na IETF é através de código e consenso primário. Até o momento, o NETmundial combinou duas formas diferentes de tomar decisão numa única que vem moldando a maneira de se estabelecer regras para a Internet.

Uma abordagem como essa tem, obviamente, o potencial de organizar um compromisso amplo que vai além dos acordos intergovernamentais e abraça também grandes corporações da Internet, instituições técnicas e organizações da sociedade civil de interessados governamentais e não governamentais em torno das diretrizes juridicamente vinculantes para as questões de políticas públicas relacionadas com a Internet. Isso é novo, e pode vir a ser o ponto de partida para uma nova incursão em territórios inexplorados.

Neste estágio, não seria realista esperar que uma abordagem como essa seja capaz de produzir acordos juridicamente vinculantes. Mas a abordagem do NETmundial poderia ajudar a encontrar o que é necessário fazer se houver questões que precisem de princípios mais do que gerais. E uma abordagem como essa poderia ajudar a esclarecer qual organismo ou mecanismo existente seria o mais adequado para produzir acordos juridicamente vinculantes, se necessário.

Até certo ponto, seria um processo semelhante ao de uma câmara de compensação. É possível imaginar onde o IGF identifica e discute questões e sinaliza a necessidade de mais ação. O processo do NETmundial poderia acolher isso como um convite e investigar – a partir de comitês multissetoriais ou de uma Iniciativa NETmundial – o melhor caminho para se encontrar uma solução prática.

Assim sendo, o NETmundial e o IGF poderiam ser complementares. O ponto fraco de um processo poderia ser compensado pelo ponto forte do outro. Tanto o IGF quanto o NETmundial baseiam-se nos mesmos princípios. A Agenda (intergovernamental) de Túnis abriu caminho para Declaração (multissetorial) de São Paulo. Se somarem suas forças, o NETmundial e o IGF poderão criar mais oportunidades para atingir resultados concretos na gestão do crescente número de questões de políticas públicas relativas à Internet. ●

25. "Requests for Comments", documentos apresentados à IETF que, quando consensuados, passam a ser recomendações técnicas para a operação e inovação da rede. [NE]



> Nova York - EUA, 24 de setembro de 2013

Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68^a Assembleia-Geral das Nações Unidas

Embaixador John Ashe, Presidente da 68^a Assembleia-Geral das Nações Unidas; Senhor Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo; Senhoras e Senhores,

Permitam-me uma primeira palavra para expressar minha satisfação em ver um ilustre representante de Antígua e Barbuda – país que integra o Caribe tão querido no Brasil e em nossa

região – à frente dos trabalhos desta Sessão da Assembleia-Geral.

Conte, Excelência, com o apoio permanente de meu Governo.

Permitam-me também, já no início da minha intervenção, expressar o repúdio do governo e do povo brasileiro ao atentado terrorista ocorrido em Nairóbi. Expresso as nossas condolências e a nossa solidariedade às famílias das vítimas, ao

povo e ao governo do Quênia. O terrorismo, onde quer que ocorra e venha de onde vier, merecerá sempre nossa condenação inequívoca e nossa firme determinação em combatê-lo. Jamais transigiremos com a barbárie.

Senhor Presidente,

Quero trazer à consideração das delegações uma questão a qual atribuo a maior relevância e gravidade. Recentes revelações sobre as atividades de uma rede global de espionagem eletrônica provocaram indignação e repúdio em amplos setores da opinião pública mundial.

No Brasil, a situação foi ainda mais grave, pois aparecemos como alvo dessa intrusão. Dados pessoais de cidadãos foram indiscriminadamente objeto de interceptação. Informações empresariais – muitas vezes, de alto valor econômico e mesmo estratégico – estiveram na mira da espionagem. Também representações diplomáticas brasileiras, entre elas a Missão Permanente junto às Nações Unidas e a própria Presidência da República tiveram suas comunicações interceptadas.

Imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas. Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos

de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos de outro país.

Pior ainda quando empresas privadas estão sustentando essa espionagem. Não se sustentam argumentos de que a interceptação ilegal de informações e dados destina-se a proteger as nações contra o terrorismo. O Brasil, senhor presidente, sabe proteger-se. Repudia, combate e não dá abrigo a grupos terroristas. Somos um país democrático, cercado de países democráticos, pacíficos e respeitosos do Direito Internacional. Vivemos em paz com os nossos vizinhos há mais de 140 anos.

Como tantos outros latino-americanos, lutei contra o arbítrio e a censura e não posso deixar de defender de modo intransigente o direito à privacidade dos indivíduos e a soberania de meu país. Sem ele – direito à privacidade – não há verdadeira liberdade de expressão e opinião e, portanto, não há efetiva democracia. Sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as nações.

Estamos, senhor presidente, diante de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas as atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional do meu país.

Fizemos saber ao governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão.

Governos e sociedades amigas, que buscam consolidar uma parceria efetivamente estratégica, como é o nosso caso, não podem permitir que ações ilegais, recorrentes, tenham curso como se fossem normais. Elas são inadmissíveis.

O Brasil, senhor presidente, redobrá os esforços para dotar-se de legislação, tecnologias e mecanismos que nos protejam da interceptação ilegal de comunicações e dados. Meu governo fará tudo que estiver a seu alcance para defender os direitos humanos de todos os brasileiros e de todos os cidadãos do mundo e proteger os frutos da engenhosidade de nossos trabalhadores e de nossas empresas.

O problema, porém, transcende o relacionamento bilateral de dois países. Afeta a própria comunidade internacional e dela exige resposta. As tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados. Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países.

A ONU deve desempenhar um papel de liderança no esforço de regular o comportamento dos Estados frente a essas tecnologias e a importância da internet, dessa rede social, para construção da democracia no mundo. Por essa razão, o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de

um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam.

Precisamos estabelecer para a rede mundial mecanismos multilaterais capazes de garantir princípios como:

1. Da liberdade de expressão, privacidade do indivíduo e respeito aos direitos humanos.
2. Da governança democrática, multilateral e aberta, exercida com transparência, estimulando a criação coletiva e a participação da sociedade, dos governos e do setor privado.
3. Da universalidade que assegura o desenvolvimento social e humano e a construção de sociedades inclusivas e não discriminatórias.
4. Da diversidade cultural, sem imposição de crenças, costumes e valores.
5. Da neutralidade da rede, ao respeitar apenas critérios técnicos e éticos, tornando inadmissível restrições por motivos políticos, comerciais, religiosos ou de qualquer outra natureza.

O aproveitamento do pleno potencial da internet passa, assim, por uma regulação responsável, que

garanta ao mesmo tempo liberdade de expressão, segurança e respeito aos direitos humanos.

Senhor presidente, senhoras e senhores,

Não poderia ser mais oportuna a escolha da agenda de desenvolvimento pós-2015 como tema desta Sessão da Assembleia-Geral. O combate à pobreza, à fome e à desigualdade constitui o maior desafio de nosso tempo. Por isso, adotamos no Brasil um modelo econômico com inclusão social, que se assenta na geração de empregos, no fortalecimento

■ Sabemos que democracia gera mais desejo de democracia. Inclusão social provoca cobrança de mais inclusão social. Qualidade de vida desperta anseio por mais qualidade de vida. Para nós, todos os avanços conquistados são sempre só um começo.

da agricultura familiar, na ampliação do crédito, na valorização do salário e na construção de uma vasta rede de proteção social, particularmente por meio do nosso programa Bolsa Família.

Além das conquistas anteriores, retiramos da extrema pobreza, com o Plano Brasil sem Miséria, 22 milhões de brasileiros, em apenas dois anos. Reduzimos de forma drástica a mortalidade infantil. Relatório recente do UNICEF aponta o Brasil como país que promoveu uma das maiores quedas deste indicador em todo o mundo.

As crianças são prioridade para o Brasil. Isso se traduz no compromisso com a educação. Somos o país que mais aumentou o investimento público no setor educacional, segundo o último relatório da OCDE. Agora vinculamos, por lei, 75% de todos os royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde.

Senhor presidente,

No debate sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 devemos ter como eixo os resultados da Rio+20. O grande passo que demos no Rio de Janeiro foi colocar a pobreza no centro da agenda do desenvolvimento sustentável. A pobreza, senhor presidente, não é um problema exclusivo dos países em desenvolvimento, e a proteção ambiental não é uma meta apenas para quando a pobreza estiver superada.

O sentido da agenda pós-2015 é a construção de um mundo no qual seja possível crescer, incluir, conservar e proteger. Ao promover, senhor presidente, a ascensão social e superar a extrema pobreza, como estamos fazendo, nós criamos um imenso contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos. Um cidadão com novas esperanças, novos desejos e novas demandas.

As manifestações de junho, em meu país, são parte indissociável do nosso processo de construção da democracia e de mudança social. O meu governo não as reprimiu, pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas. Ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas. Nós nos formamos no cotidiano das grandes lutas do Brasil. A rua é o nosso chão, a nossa base. Os manifestantes não pediram a volta ao passado. Os manifestantes pediram sim o avanço para um futuro de mais direitos, mais participação e mais conquistas sociais.

No Brasil, foi nessa década, que houve a maior redução de desigualdade dos últimos 50 anos. Foi esta década que criamos um sistema de proteção social que nos permitiu agora praticamente superar a extrema pobreza.

Sabemos que democracia gera mais desejo de democracia. Inclusão social provoca cobrança de mais inclusão social. Qualidade de vida desperta anseio por mais qualidade de vida. Para nós, todos

os avanços conquistados são sempre só um começo. Nossa estratégia de desenvolvimento exige mais, tal como querem todos os brasileiros e as brasileiras.

Por isso, não basta ouvir, é necessário fazer. Transformar essa extraordinária energia das manifestações em realizações para todos.

Por isso, lancei cinco grandes pactos: o pacto pelo Combate à Corrupção e pela Reforma Política; o pacto pela Mobilidade Urbana, pela melhoria do transporte público e por uma reforma urbana; o pacto pela Educação, nosso grande passaporte para o futuro, com o auxílio dos royalties e do fundo social do petróleo; o pacto pela Saúde, o qual prevê o envio de médicos para atender e salvar as vidas dos brasileiros que vivem nos rincões mais remotos e pobres do país; e o pacto pela Responsabilidade Fiscal, para garantir a viabilidade dessa nova etapa.

Senhoras e Senhores,

Passada a fase mais aguda da crise, a situação da economia mundial ainda continua frágil, com níveis de desemprego inaceitáveis. Os dados da OIT indicam a existência de mais de 200 milhões de desempregados em todo o mundo. Esse fenômeno afeta as populações de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Este é o momento adequado para reforçar as tendências de crescimento da economia mundial que estão agora dando sinais de recuperação.

Os países emergentes, sozinhos, não podem garantir a retomada do crescimento global. Mais do que nunca, é preciso uma ação coordenada para reduzir o desemprego e restabelecer o dinamismo do comércio internacional. Estamos todos no mesmo barco.

Meu país está recuperando o crescimento apesar do impacto da crise internacional nos últimos anos. Contamos com três importantes elementos: i) o compromisso com políticas macroeconômicas sólidas; ii) a manutenção de exitosas políticas sociais inclusivas; iii) e a adoção de medidas para aumentar nossa produtividade e, portanto, a competitividade do país. Temos compromisso com a estabilidade, com o controle da inflação, com a melhoria da qualidade do gasto público e a manutenção de um bom desempenho fiscal.

Seguimos, senhor presidente, apoiando a reforma do Fundo Monetário Internacional. A governança do fundo deve refletir o peso dos países emergentes e em desenvolvimento na economia mundial. A demora nessa adaptação reduz sua legitimidade e sua eficácia.

Senhoras e senhores, senhor presidente

O ano de 2015 marcará o 70º aniversário das Nações Unidas e o 10º da Cúpula Mundial de 2005. Será a ocasião para realizar a reforma urgente que pedimos desde aquela cúpula. Impõe evitar a derrota coletiva

que representaria chegar a 2015 sem um Conselho de Segurança capaz de exercer plenamente suas responsabilidades no mundo de hoje.

É preocupante a limitada representação do Conselho de Segurança da ONU, face os novos desafios do século XXI. Exemplos disso são a grande dificuldade de oferecer solução para o conflito sírio e a paralisia no tratamento da questão israelo-palestina. Em importantes temas, a recorrente polarização entre os membros permanentes gera imobilismo perigoso.

Urge dotar o Conselho de vozes ao mesmo tempo independentes e construtivas. Somente a ampliação do número de membros permanentes e não permanentes, e a inclusão de países em desenvolvimento em ambas as categorias, permitirá sanar o atual déficit de representatividade e legitimidade do Conselho.

Senhor presidente,

O Debate Geral oferece a oportunidade para reiterar os princípios fundamentais que orientam a política externa do meu país e nossa posição em temas candentes da realidade e da atualidade internacional. Guiamo-nos pela defesa de um mundo multilateral, regido pelo Direito Internacional, pela primazia da solução pacífica dos conflitos e pela busca de uma ordem solidária e justa – econômica e socialmente.

A crise na Síria comove e provoca indignação. Dois anos e meio de perdas de vidas e destruição causaram o maior desastre humanitário deste século. O Brasil, que tem na descendência síria um importante componente de nossa nacionalidade, está profundamente envolvido com este drama.

É preciso impedir a morte de inocentes, crianças, homens, mulheres e idosos. É preciso calar a voz das armas – convencionais ou químicas, do governo ou dos rebeldes. Não há saída militar. A única solução é a negociação, o diálogo, o entendimento.

Foi importante a decisão da Síria de aceder à Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e aplicá-la imediatamente. A medida é decisiva para superar o conflito e contribui para um mundo livre dessas armas. Seu uso, reitero, é hediondo e inadmissível em qualquer situação.

Por isso, apoiamos o acordo obtido entre os Estados Unidos e a Rússia para a eliminação das armas químicas sírias. Cabe ao Governo sírio cumpri-lo integralmente, de boa-fé e com ânimo cooperativo.

Em qualquer hipótese, repudiamos intervenções unilaterais ao arrepio do Direito Internacional, sem autorização do Conselho de Segurança. Isto só agravaria a instabilidade política da região e aumentaria o sofrimento humano.

Da mesma forma, a paz duradoura entre Israel e Palestina assume nova urgência diante das transformações por que passa o Oriente Médio.

É chegada a hora de se atender às legítimas aspirações palestinas por um Estado independente e soberano. É também chegada a hora de transformar em realidade o amplo consenso internacional em favor de uma solução de dois Estados.

As atuais tratativas entre israelenses e palestinos devem gerar resultados práticos e significativos na direção de um acordo.

Senhor presidente, senhoras e senhores,

A história do século XX mostra que o abandono do multilateralismo é o prelúdio de guerras, com seu rastro de miséria humana e devastação. Mostra também que a promoção do multilateralismo rende frutos nos planos ético, político e institucional.

Renovo, assim, o apelo em prol de uma ampla e vigorosa conjunção de vontades políticas que sustente e revigore o sistema multilateral, que tem nas Nações Unidas seu principal pilar. Em seu nascimento, reuniram-se as esperanças de que a humanidade poderia superar as feridas da Segunda Guerra Mundial. De que seria possível reconstruir, dos destroços e do morticínio, um mundo novo de liberdade, de solidariedade e prosperidade.

Temos todos a responsabilidade de não deixar morrer essa esperança tão generosa e tão fecunda.

Muito obrigada, senhores e senhoras. ●

> Uruguai, 7 de outubro de 2013



Declaração de Montevideu sobre o futuro da cooperação na Internet

Os líderes de organizações responsáveis pela coordenação da infraestrutura técnica da Internet a nível global reuniram-se em Montevideu, Uruguai, para considerar os fatos que atualmente afetam o futuro da Internet.

A Internet e a Web produziram enormes benefícios em relação ao desenvolvimento social e econômico mundial. Ambas foram construídas e são administradas em função do interesse público

mediante mecanismos únicos de cooperação global multipartite (*multistakeholder*), uma característica intrínseca de seu êxito. Os líderes discutiram sobre a evidente necessidade de fortalecer e avançar estes mecanismos de maneiras verdadeiramente substanciais para poder abordar os problemas emergentes que enfrentam os diferentes atores na Internet.

Neste sentido:

▶ Reiteraram a importância de uma operação coerente da Internet a nível global e alertaram para possível fragmentação da Internet a nível nacional.

▶ Expresaram sua profunda preocupação pelo debilitamento da confiança dos usuários da Internet a nível global devido às recentes revelações sobre o monitoramento e vigilância generalizados.

Identificaram a necessidade de realizar um esforço continuado para abordar os desafios que apresenta a governança da Internet e concordaram em catalisar os esforços da comunidade em direção à evolução de uma cooperação global multipartite na Internet.

▶ Chamaram a acelerar a globalização da ICANN e das funções IANA, em direção a um entorno no qual todos os atores, incluindo todos os governos, participem em pé de igualdade.

▶ Também chamaram a que a transição ao IPv6 continue sendo uma prioridade a nível global. Em particular, os provedores de conteúdo da Internet devem oferecer conteúdo via serviços tanto em IPv4 como em IPv6 de maneira que estes sejam completamente alcançáveis na Internet global.

Adiel A. Akplogan, *Diretor Executivo*

Centro Africano de Informação de Redes (AfriNIC)

John Curran, *Diretor Executivo*

Registro Norteamericano de Números de Internet (ARIN)

Paul Wilson, *Diretor Geral*

Centro de Informação de Redes da Ásia e Pacífico (APNIC)

Russ Housley, *Presidente*

Conselho de Arquitetura da Internet (IAB)

Fadi Chehadé, *Presidente e Diretor Executivo*

Corporação para a Designação de Nomes e Números na Internet (ICANN)

Jari Arkko, *Presidente*

Força-Tarefa de Engenharia na Internet (IETF)

Lynn St. Amour, *Presidente e Diretora Executiva*

Internet Society (ISOC)

Raul Echeberria, *Diretor Executivo*

Registro de Endereços de Internet para América Latina e Caribe (LACNIC)

Axel Pawlik, *Diretor Executivo*

Centro de Coordenação de Redes Europeias (RIPE/NCC)

Jeff Jaffe, *Diretor Executivo*

World Wide Web Consortium (W3C) ●



> 24 de abril de 2014

Declaração Multissetorial de São Paulo (NETmundial)¹

:: PREÂMBULO

Este é o resultado não vinculativo de um processo de baixo para cima, aberto e participativo que envolveu milhares de pessoas de governos, setor privado, sociedade civil, comunidades técnica e acadêmica de todo o mundo. O Encontro NETmundial foi o primeiro de seu tipo. Espera-se que contribua para a evolução da governança do ecossistema da Internet.

:: INTRODUÇÃO

O Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, também conhecido como NETmundial, foi convocado para discutir dois aspectos importantes para a evolução futura da Internet, de uma forma aberta e multissetorial:

1. Princípios da Governança da Internet, e
2. Roteiro para a evolução futura do Ecossistema de Governança da Internet.

As recomendações contidas neste documento foram elaboradas com a finalidade de conduzir o NETmundial a um consenso. Este foi um esforço colaborativo entre os representantes de todos os grupos de interesse.

Mais de 180 contribuições foram recebidas de todas as partes interessadas em todo o mundo. Essas contribuições foram tomadas como base para a elaboração das recomendações apresentadas aqui para os participantes do NETmundial buscando um amplo consenso.

1. Nota da Secretaria-Executiva do NETmundial, em 25 de abril de 2014: o texto aprovado sobre neutralidade da rede (Parte 2, Seção IV) teve uma correção editorial baseada no texto negociado no EMC e em seguida considerado, visto e aprovado pelo HLMC. O tempo exíguo durante a edição final antes da cerimônia de encerramento impediu a Secretaria de incluir o texto explicativo que acompanha o item "neutralidade da rede".

As recomendações do NETmundial também se destinam a constituir uma contribuição potencialmente valiosa para uso em outros fóruns e entidades relacionados à governança da Internet.

1. PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA DA INTERNET

O NETmundial identificou um conjunto de princípios comuns e valores importantes que contribuem para uma estrutura de governança da Internet inclusiva, multissetorial, eficaz, legítima e em evolução e reconheceu que a Internet é um recurso global que deve ser gerido no interesse público.

DIREITOS HUMANOS E VALORES COMPARTILHADOS

Os direitos humanos são universais, como refletidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e devem ser a base dos princípios de governança da Internet. Direitos que as pessoas têm fora da rede também devem ser protegidos online, de acordo com as obrigações legais internacionais de direitos humanos, incluindo os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e Econômicos, Sociais e Culturais, bem como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. Estes direitos incluem, mas não estão limitados a:

Liberdade de expressão: Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem

interferências e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Liberdade de associação: Toda pessoa tem o direito de reunião e associação pacíficas online, incluindo através de redes e plataformas sociais.

Privacidade: O direito à privacidade deve ser protegida. Isso inclui não estar sujeito à fiscalização arbitrária ou ilegal, captura, tratamento e utilização de dados pessoais. Deverá ser garantido o direito à proteção da lei contra tais interferências.

Procedimentos, práticas e legislação relativas à vigilância de comunicações, a sua interceptação e captura de dados pessoais, incluindo a vigilância em massa, interceptação e cobrança, devem ser revistas, tendo em vista a defesa do direito à privacidade, garantindo a plena e efetiva implementação de todas as obrigações sob a legislação internacional de direitos humanos.

Acessibilidade: pessoas com deficiência devem desfrutar de pleno acesso aos recursos on-line. É preciso promover o projeto, desenvolvimento, produção e distribuição de informação, tecnologias e sistemas acessíveis na internet.

Liberdade de informação e de acesso à informação: Todos devem ter o direito de acessar,

compartilhar, criar e distribuir informação na Internet, de acordo com os direitos dos autores e criadores, conforme estabelecido em lei.

Desenvolvimento: todas as pessoas têm o direito ao desenvolvimento e a Internet tem um papel vital a desempenhar para ajudar a alcançar a plena realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável acordados internacionalmente. É uma ferramenta vital para dar às pessoas que vivem na pobreza os meios para participar de processos de desenvolvimento.

PROTEÇÃO DOS INTERMEDIÁRIOS

As limitações de responsabilidade de intermediários devem ser implementadas de uma forma que respeitem e promovam o crescimento económico, a inovação, a criatividade e o fluxo livre de informações. A este respeito, a cooperação entre todas as partes interessadas deve ser encorajada para levar em conta e deter a atividade ilegal, de acordo com um processo justo.

CULTURA E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

A governança da Internet deve respeitar, proteger e promover a diversidade cultural e linguística em todas as suas formas.

ESPAÇO UNIFICADO E NÃO FRAGMENTADO

A Internet deve continuar a ser uma rede de redes globalmente coerente, interconectada, estável,

■ A Internet deve ser preservada como um ambiente fértil e inovador baseado em uma arquitetura de sistema aberto, com colaboração voluntária, gestão coletiva e participação, apoiando a natureza ponta-a-ponta da Internet aberta

não fragmentada, escalável e acessível, baseada em um conjunto comum de identificadores únicos e que permita que datagramas e informação fluam livremente de ponta a ponta independentemente de seu conteúdo legal.

SEGURANÇA, ESTABILIDADE E RESILIÊNCIA DA INTERNET

A segurança, estabilidade e resiliência da Internet deve ser um objectivo fundamental de todas as partes interessadas na governança da Internet. Como um recurso global universal, a Internet deve ser um, estável, rede resistente, seguro e confiável seguro. Eficácia na abordagem dos riscos e ameaças à segurança e estabilidade da Internet depende de uma forte cooperação entre os diferentes intervenientes.

ARQUITETURA ABERTA E DISTRIBUÍDA

A Internet deve ser preservada como um ambiente fértil e inovador baseado em uma arquitetura de

sistema aberto, com colaboração voluntária, gestão coletiva e participação, apoiando a natureza ponta-a-ponta da Internet aberta, e buscando especialistas técnicos para resolver problemas técnicos no local apropriado de uma maneira consistente com esta abordagem aberta e colaborativa.

AMBIENTE FAVORÁVEL PARA A INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL E A CRIATIVIDADE

A capacidade de inovar e criar está no âmago do notável crescimento da Internet e trouxe grande valor para a sociedade global.

■ A governança da Internet deve promover padrões abertos, informadas pela qualificação individual e coletiva e por decisões tomadas por consenso razoável, que permitam uma rede interoperável, resiliente, estável, descentralizada, segura e interconectada, disponível a todos.

Para a conservação de seu dinamismo, a governança da Internet deve continuar a permitir a inovação livre de barreiras através de um ambiente de Internet favorável, consistente com outros princípios deste documento. Empreendedorismo e investimentos em infraestrutura são componentes essenciais de um ambiente favorável.

PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE GOVERNANÇA DA INTERNET

Multissetorial: a governança da Internet deve ser construída através de processos democráticos multissetoriais, assegurando a participação significativa e responsável de todos os intervenientes, incluindo governos, setor privado, sociedade civil, a comunidade técnica, a comunidade acadêmica e usuários. Os respectivos papéis e responsabilidades das partes interessadas devem ser interpretados de modo flexível em relação aos temas em discussão.

Governança aberta, participativa e impulsionada por consenso: o desenvolvimento de políticas públicas internacionais relacionadas à Internet e os arranjos de governança da Internet devem permitir a participação plena e equilibrada de todas as partes interessadas de todo o mundo, e decididos por consenso na medida do possível.

Transparente: as decisões tomadas devem ser de fácil compreensão, os processos devem

ser claramente documentados e seguir os procedimentos acordados, e os procedimentos devem ser desenvolvidos e acordados através de processos multissetoriais.

Responsável: devem existir mecanismos independentes para freios e contrapesos, bem como para a revisão e reparação. Os governos têm a responsabilidade primária jurídica e política para a proteção dos direitos humanos.

Inclusivo e equitativo: instituições e processos de governança da Internet devem ser inclusivos e abertos a todos os grupos de interesse. Processos, incluindo a tomada de decisão, devem ser de baixo para cima, permitindo a plena participação de todos os interessados, de uma forma que não deixe em desvantagem qualquer setor.

Distribuída: a governança da Internet deve ser realizada através de um ecossistema distribuído, descentralizado e multissetorial.

Colaborativa: governança da Internet deve basear-se e incentivar abordagens colaborativas e cooperativas que refletem as entradas e os interesses das partes interessadas.

Habilitante da participação significativa: Qualquer pessoa afetada por um processo de governança da Internet deve ser capaz de participar

desse processo. Em particular, instituições e processos de governança da Internet devem apoiar a capacitação para os recém-chegados, especialmente setores de países em desenvolvimento e grupos sub-representados.

Acesso e barreiras mínimas: a governança da Internet deve promover oportunidades iguais e universais, acesso à Internet de alta qualidade e baixo custo de modo que possa ser uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento humano e a inclusão social. Não devem haver barreiras injustificadas ou discriminatórias à entrada de novos usuários. O acesso público é uma ferramenta poderosa para fornecer acesso à Internet.

Agilidade: políticas de acesso aos serviços de Internet devem ser orientadas ao futuro e ser tecnologicamente neutras, de modo que sejam capazes de acomodar tecnologias em rápido desenvolvimento e diferentes tipos de uso.

PADRÕES ABERTOS

A governança da Internet deve promover padrões abertos, informadas pela qualificação individual e coletiva e por decisões tomadas por consenso razoável, que permitam uma rede interoperável, resiliente, estável, descentralizada, segura e interconectada, disponível a todos. Os padrões devem ser consistentes com os direitos humanos e permitir o desenvolvimento e a inovação.

2. ROTEIRO PARA A EVOLUÇÃO FUTURA DA GOVERNANÇA DA INTERNET

O objetivo deste roteiro proposto para a evolução futura da governança da Internet é delinear possíveis passos adiante no processo de melhoria contínua da estrutura de governança da Internet existente, garantindo o pleno envolvimento de todos os interessados em seus respectivos papéis e responsabilidades.

A estrutura de governança da Internet é um ecossistema distribuído e coordenado envolvendo diversas organizações e foruns. Deve ser inclusiva, transparente e responsável, e as suas estruturas e operações devem seguir uma abordagem que permita a participação de todos os interessados, para atender os interesses de todos aqueles que utilizam a Internet, bem como aqueles que ainda não estão online.

A implementação da Agenda de Túnis demonstrou o valor do modelo multissetorial na governança da Internet. A valiosa contribuição de todos os interessados para a governança da Internet deve ser reconhecida. Devido às experiências de sucesso este modelo deve ser reforçado, melhorado e evoluir.

A governança da Internet deve promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como os direitos humanos. A participação deve refletir a diversidade geográfica e incluir setores de países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares em desenvolvimento.

1. Temas que merecem atenção de todos os interessados na evolução futura da governança da Internet

1. Decisões da governança da Internet são, por vezes, tomadas sem a participação significativa de todos os interessados. É importante que a tomada de decisões e formulação de políticas multissetoriais sejam melhoradas, garantindo a plena participação de todos os interessados, reconhecendo os diferentes papéis desempenhados por diferentes partes interessadas nos diversos temas.

2. A cooperação aprimorada, tal como referida na Agenda de Túnis para tratar de questões de política pública internacional referentes à Internet, deve ser implementada de modo prioritário e consensual. Levando em consideração os esforços do Grupo de Trabalho Sobre Cooperação Aprimorada da CSTD/ONU, é importante que todos os interessados comprometam-se a promover essa discussão de modo multissetorial.

3. Representantes das partes interessadas designados para os processos de governança multissetorial da Internet devem ser selecionados através de processos abertos, democráticos e transparentes. Os diferentes grupos de interesse devem gerir eles mesmos seus processos de escolha com base em mecanismos publicamente conhecidos, bem definidos e responsáveis.

4. Há uma necessidade de desenvolver mecanismos multissetoriais a nível nacional, devido ao fato de que uma boa parte das questões de governança da Internet deve ser tratada neste nível. Mecanismos nacionais multissetoriais devem servir como um elo entre as discussões locais e instâncias regionais e globais. Portanto, uma coordenação fluente e diálogo entre essas instâncias distintas é essencial.
5. Deve haver uma participação significativa de todos os setores interessados nas discussões e na tomada de decisão sobre governança da Internet, com atenção ao equilíbrio geográfico, multissetorial e de gênero, para evitar assimetrias.
6. Habilitar a capacitação e o empoderamento através de medidas como a participação remota e financiamento adequado, além do acesso a informação relevante e oportuna, são essenciais para promover a governança da Internet abrangente e eficaz.
7. Todos os interessados devem renovar seus compromissos para construir uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada ao desenvolvimento, conforme definido nos documentos finais da CMSI/WSIS. Assim, na busca das melhorias do ecossistema de governança da Internet, o foco no desenvolvimento deve ser mantido.

8. As discussões sobre governança da Internet se beneficiariam de uma melhor comunicação e coordenação entre as comunidades técnicas e não técnicas, proporcionando uma melhor compreensão sobre as implicações políticas nas decisões técnicas e implicações técnicas nas decisões de políticas.

II. Questões relacionadas a melhorias institucionais

1. Todas as organizações com responsabilidades no ecossistema de governança da Internet devem desenvolver e implementar princípios de transparência, responsabilidade e inclusão. Todas essas organizações devem preparar relatórios periódicos sobre o seu progresso e status sobre estas questões. Esses relatórios devem ser oferecidos ao público.
2. Deve ser dada atenção à possível necessidade de mecanismos que considerem tópicos emergentes e assuntos que não estão sendo devidamente tratados pelos atuais arranjos de governança da Internet.
3. É necessário reforçar o Fórum de Governança da Internet (FGI/IGF). Recomendações importantes para esse fim foram feitas pelo Grupo de Trabalho sobre Melhorias do IGF da CSTD/ONU. Essas recomendações deveriam ser implementadas até o final de 2015.

As melhorias devem incluir, entre outros aspectos:

- a. Resultados melhorados: melhoras podem ser implementadas incluindo modos criativos de fornecer resultados/recomendações e a análise de opções de políticas;
- b. A prorrogação do mandato do IGF para além de cinco anos;
- c. É essencial assegurar financiamento estável e previsível para o IGF através de uma base ampliada de doadores;
- d. O IGF deve adotar mecanismos para promover discussões em todo o mundo entre as reuniões anuais através de diálogos inter-sessionais.

Um IGF reforçado poderia melhor servir como uma plataforma para a discussão de temas recorrentes e emergentes com o propósito de contribuir para a identificação de possíveis modos de tratar esses temas.

4. Deve haver comunicação e coordenação adequadas entre os fóruns, grupos de trabalho existentes e organizações do ecossistema de governança da Internet. Relatórios periódicos, relações formais e realimentações oportunas de informação são exemplos de mecanismos que poderiam ser implementadas para esse fim.

Seria recomendável analisar a opção de criação de instrumentos de coordenação de governança da Internet para realizar funções de monitoramento, análise e compartilhamento de informações de modo contínuo.

5. Em seguida ao anúncio recente e bem-vindo do governo dos EUA com relação a sua intenção de fazer a transição da administração das funções IANA, a discussão sobre mecanismos para garantir a transparência e a responsabilidade dessas funções após o término do papel do governo dos EUA, deve realizar-se através de um processo aberto, com a participação de todos os interessados além da comunidade da ICANN.

As funções IANA são atualmente realizadas no âmbito das políticas desenvolvidas em processos sediados por várias organizações e fóruns. Qualquer mecanismo adotado deve proteger a natureza participativa de baixo para cima e aberta desses processos de desenvolvimento de políticas e assegurar a estabilidade e resiliência da Internet. É desejável discutir a relação adequada entre os aspectos políticos e os operacionais.

Esta transição deve ser conduzida cuidadosamente com foco em manter a segurança e a estabilidade da Internet, reforçando o princípio da igualdade de participação entre todos os setores, no esforço de concluir essa transição até setembro de 2015.

6. Espera-se que o processo de globalização da ICANN seja acelerado, levando a uma organização verdadeiramente internacional e global que sirva o interesse público com mecanismos de responsabilidade e transparência claramente implementáveis e verificáveis, satisfazendo tanto os requisitos dos setores internos como a comunidade global. A representação ativa de todos os interessados na estrutura da ICANN de todas as regiões é uma questão fundamental para uma globalização exitosa.

III. Temas que lidam com tópicos específicos de Governança da Internet

1. Segurança e Estabilidade

a. É necessário reforçar a cooperação internacional em temas como jurisdição e assistência na aplicação da lei para promover a segurança cibernética e prevenir o cibercrime. As discussões sobre essas estruturas devem ser realizadas de forma multissetorial.

b. Iniciativas para melhorar a segurança cibernética e enfrentar as ameaças de segurança digital devem envolver uma colaboração adequada entre governos, setor privado, sociedade civil, academia e comunidade técnica. Há atores que ainda precisam se envolver mais com a segurança cibernética, como por exemplo operadores de rede e desenvolvedores de software.

c. Há espaço para novos fóruns e iniciativas. No entanto, eles não devem duplicar, mas acrescentar às estruturas atuais. Todos os interessados devem procurar beneficiar-se destas organizações de segurança cibernética e colaborar em sua melhora. A experiência acumulada por várias delas demonstra que, para ser eficaz, qualquer iniciativa de segurança cibernética depende da cooperação entre os diferentes atores, e isso não pode ser alcançado através de uma única organização ou estrutura.

2. A vigilância arbitrária e maciça mina a confiança na Internet e no ecossistema de governança da Internet. A captura e tratamento de dados pessoais por entidades estatais e não-estatais devem ser conduzidos de acordo com a legislação internacional de direitos humanos. Mais diálogo é necessário sobre este assunto a nível internacional em fóruns como o Conselho de Direitos Humanos da ONU e o IGF, com o objetivo de desenvolver um entendimento comum sobre todos os aspectos relacionados.

3. A formação de capacidades e o financiamento são requisitos fundamentais para garantir que os diversos setores tenham a oportunidade de melhor participação, mas precisam ganhar o “know-how” e os recursos para a participação efetiva. A capacitação é importante para apoiar o surgimento de verdadeiras comunidades

multissetoriais, especialmente nas regiões onde a participação de alguns grupos de interesse precisa ser reforçada.

IV. Pontos a serem discutidos pós-NETmundial

Várias contribuições para o NETmundial identificaram a seguinte lista não exaustiva de pontos que necessitam de uma melhor compreensão e posterior discussão em fóruns apropriados:

- Diferentes papéis e responsabilidades dos grupos de interesse na governança da Internet, incluindo o significado e a aplicação da noção de igual para igual.
- Problemas de jurisdição e como eles relacionam-se com a governança da Internet.
- Sistemas de “benchmarking” e respectivos indicadores em relação à aplicação dos princípios de governança da Internet.
- Neutralidade da rede: ocorreram discussões muito produtivas e importantes na NETmundial sobre o assunto da neutralidade da rede, com visões divergentes sobre incluir ou não o termo específico como um princípio nos resultados. Os princípios incluem sim conceitos de uma Internet Aberta e

os direitos individuais à liberdade de expressão e informação. É importante que continuemos a discussão da Internet Aberta incluindo como habilitar a liberdade de expressão, a competição, a liberdade de escolha do consumidor, a transparência significativa e a administração apropriada da rede, e recomendar que isso seja considerado em fóruns tais como o próximo IGF.

V. Caminho Adiante

Todas as organizações, fóruns e processos do ecossistema de governança da Internet são encorajados a levar em conta os resultados do NETmundial.

Espera-se que as constatações e resultados do NETmundial sejam considerados em outros processos e fóruns, tais como no processo da agenda de desenvolvimento pós-2015, na CMSI/WSIS+10, no IGF, e em todas as discussões de governança da Internet realizada em diferentes organizações e organismos em todos os níveis.

O acompanhamento e futuras discussões sobre tópicos listados neste documento deverão servir de subsídios para o trabalho de entidades ou organismos existentes. Estes são convidados a relatar suas atividades nas principais reuniões de governança da Internet. ●

O Instituto Nupef é uma organização sem fins de lucro dedicada à reflexão, análise, produção de conhecimento e formação, principalmente centradas em questões relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e suas relações políticas com os direitos humanos, a democracia, o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Além de realizar cursos, eventos, desenvolver pesquisas e estudos de caso, o Nupef edita a poliTICs, a Rets (Revista do Terceiro Setor) e mantém o projeto Tiwa – provedor de serviços internet voltado exclusivamente para instituições sem fins lucrativos – resultado de um trabalho iniciado há 21 anos, com a criação do Alternex (o primeiro provedor de serviços internet aberto ao público no Brasil). O Tiwa é um provedor comprometido prioritariamente com a privacidade e a segurança dos dados das entidades associadas; com a garantia de sua liberdade de expressão; com o uso de software livre e de plataformas abertas não-proprietárias.



Rua Sorocaba 219, 501 | parte | Botafogo | CEP 22271-110 | Rio de Janeiro | RJ | Brasil
Telefone/fax +55 (21) 3259-0370 | www.nupef.org.br

poliTICs nº 18

Índice

- >02 **Marco Civil, NETmundial e a modernidade do Brasil na Internet**
Virgílio A. F. Almeida
- >06 **A experiência do NETmundial**
Raul Echeberría
- >12 **NETmundial, um gol de placa**
Demi Getschko
- >14 **O encontro NETmundial na visão da APC**
APC
- >22 **NETmundial move a governança da rede para além da CMSI**
Milton Mueller
- >26 **NETmundial: divisor de águas na regulamentação da Internet?**
Wolfgang Kleinwächter
- >45 **Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas**
- >52 **Declaração de Montevideú sobre o futuro da cooperação na Internet**
- >55 **Declaração Multissetorial de São Paulo (NETmundial)**

poliTICs

EDITOR CARLOS A. AFONSO • COEDITORA DESTA EDIÇÃO: MARÍLIA MACIEL

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO MONTE DESIGN

VERSÃO ONLINE: PAULO DUARTE • TRADUÇÕES RICARDO SILVEIRA

Comitê Consultivo da poliTICs:

> Avri Doria > Carlos Affonso Pereira de Souza > Deirdre Williams > Demi Getschko
> Graciela Selaimen > Jeremy Malcolm > João Brant > Louis Pouzin > Marília Maciel
> Mawaki Chango > Valeria Betancourt

Na versão online da poliTICs há mais informações sobre cada um dos membros do nosso Comitê Consultivo. Consulte <http://www.politics.org.br>



Rua Sorocaba, 219 | 501 - parte | Botafogo | 22271-110
Rio de Janeiro RJ Brasil | telefone +55 (21) 3259-0370

Apoio:



Esta é uma publicação do Instituto Nupef. Versão digitalizada disponível em www.politics.org.br e no sítio do Nupef - www.nupef.org.br | Para enviar sugestões, críticas ou outros comentários: politics@nupef.org.br

A tiragem das edições da poliTICs é pequena. Se quiser receber gratuitamente a edição impressa, envie um email a politics@nupef.org.br com seu nome, endereço completo incluindo CEP, e área de atuação.

Os originais foram compostos com OpenOffice 3.X e GNU/Linux



Publicado sob licença Creative Commons – alguns direitos reservados:



ATRIBUIÇÃO.
Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO-COMERCIAL.
Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



VEDADA A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS.
Você não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que você obtenha permissão do autor.

ISSN: 1984-8803

A poliTICs procura aderir à terminologia e abreviaturas do Sistema Internacional de Unidades (SI), adotado pelo Instituto Nacional de Metrologia do Brasil (Inmetro). Assim, todos os textos são revisados para assegurar, na medida do possível e sem prejuízo ao conteúdo, aderência ao SI. Para mais informação: <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/unidLegaisMed.asp>